

Aprovado pela IN/RFB nº 736, de 2 de maio de 2007



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL**  
 Documento de Arrecadação de Receitas Federais

**DARF**

01 NOME/TELEFONE  
 LOGSERVE LOGISTICA SERV.ARM.AZ.LTDA  
 61-21029777

PIS NÃO CUMULATIVO

**ATENÇÃO**

É vedado o recolhimento de tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) cujo valor total seja inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse valor ao tributo de mesmo código de períodos subsequentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00.

DARF válido para pagamento até: 22/03/2018  
 Auto Atendimento Versão 5.27.66.9701 - opção 1

02	PERÍODO DE APURAÇÃO	31/12/2017
03	NÚMERO DO CPF OU CNPJ	05.398.080/0001-07
04	CÓDIGO DA RECEITA	6912
05	NÚMERO DE REFERÊNCIA	
06	DATA DE VENCIMENTO	25/01/2018
07	VALOR DO PRINCIPAL	2.146,09
08	VALOR DA MULTA	396,59
09	VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS DL - 1.025/69	31,54
10	VALOR TOTAL	2.574,22
11	AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (Somente nas 1ª e 2ª vias)	

Cortar nesta linha

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL  
 22/03/2018 - AUTOATENDIMENTO - 14.57.58  
 3382003382 SEGUNDA VIA 0106

COMPROVANTE DE PAGAMENTO  
 COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE DARF/DARF SIMPLES  
 CLIENTE: L L S ARMAZENAMENTO LTDA  
 AGENCIA: 3382-0 CONTA: 58.585-8

AGENTE ARRECADADOR  
 CNC 001 - 3382 - AGENCIA EMPR.DISTR.FEDERAL DF  
 CODIGO DE BARRAS

DATA DO PAGAMENTO	22/03/2018
PERÍODO DE APURACAO	31/12/2017
NUMERO DO CPNJ	05.398.080/0001-07
CODIGO DA RECEITA	6912
NUMERO DE REFERENCIA	
DATA DO VENCIMENTO	25/01/2018
RECEITA BRUTA ACUMULADA	
PERCENTUAL	
VALOR DO PRINCIPAL	2.146,09
VALOR DA MULTA	396,59
VALOR DOS JUROS	31,54
VALOR TOTAL	2.574,22

AUTENTICACAO SISBB: A.CA5.DE3.6B1.D04.8DA  
 Modelo Aprovado pela SRF - ADE  
 Conjunto Corat/Cotec n. 001, DE 2006  
 DOCUMENTO: 032203

Aprovado pela IN/RFB nº 736, de 2 de maio de 2007


**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL**

Documento de Arrecadação de Receitas Federais

**DARF**

**01** NOME/TELEFONE  
LOGSERVE LOGISTICA SERV.ARMALTD  
61-21029777

PIS NÃO CUMULATIVO

**ATENÇÃO**

É vedado o recolhimento de tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) cujo valor total seja inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse valor ao tributo de mesmo código de períodos subsequentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00.

DARF válido para pagamento até: 23/03/2018

<b>02</b> PERÍODO DE APURAÇÃO	31/01/2018
<b>03</b> NÚMERO DO CPF OU CNPJ	05.398.080/0001-07
<b>04</b> CÓDIGO DA RECEITA	6912
<b>05</b> NÚMERO DE REFERÊNCIA	
<b>06</b> DATA DE VENCIMENTO	23/02/2018
<b>07</b> VALOR DO PRINCIPAL	2.925,98
<b>08</b> VALOR DA MULTA	251,04
<b>09</b> VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS DL - 1.025/69	29,25
<b>10</b> VALOR TOTAL	3.206,27
<b>11</b> AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (Somente nas 1ª e 2ª vias)	

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL  
23/03/2018 - AUTOATENDIMENTO - 12.17.21  
3382003382 SEGUNDA VIA 0052

## COMPROVANTE DE PAGAMENTO

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE DARF/DARF SIMPLES

CLIENTE: L L S ARMAZENAMENTO LTDA

AGENCIA: 3382-0 CONTA: 58.585-8

AGENTE ARRECADADOR

CNC 001 - 3382 - AGENCIA EMPR.DISTR.FEDERAL DF

CODIGO DE BARRAS

DATA DO PAGAMENTO 23/03/2018

PERÍODO DE APURACAO 31/01/2018

NUMERO DO CPNJ 05.398.080/0001-07

CODIGO DA RECEITA 6912

NUMERO DE REFERENCIA

DATA DO VENCIMENTO 23/02/2018

RECEITA BRUTA ACUMULADA

PERCENTUAL

VALOR DO PRINCIPAL 2.925,98

VALOR DA MULTA 251,04

VALOR DOS JUROS 29,25

VALOR TOTAL 3.206,27


AUTENTICACAO SISBB: 8.333.5C3.1AF.03F.821

Modelo Aprovado pela SRF - ADE

Conjunto Corat/Cotec n. 001, DE 2006

DOCUMENTO: 032309

Aprovado pela IN/RFB nº 736, de 2 de maio de 2007.

 <b>MINISTÉRIO DA FAZENDA</b> <b>SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL</b> Documento de Arrecadação de Receitas Federais <b>DARF</b>		<b>02</b> PERÍODO DE APURAÇÃO	28/02/2018
		<b>03</b> NÚMERO DO CPF OU CNPJ	05.398.080/0001-07
		<b>04</b> CÓDIGO DA RECEITA	6912
		<b>05</b> NÚMERO DE REFERÊNCIA	
		<b>06</b> DATA DE VENCIMENTO	23/03/2018
<b>01</b> NOME/TELEFONE LOGSERVE - LOGÍSTICA, SERVIÇOS E ARMAZENAMENTO LTDA 61-2102-9777	<b>07</b> VALOR DO PRINCIPAL	1.152,55	
	<b>08</b> VALOR DA MULTA	0,00	
PIS NÃO CUMULATIVO	<b>09</b> VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS DL - 1.025/69	0,00	
<b>ATENÇÃO</b> É vedado o recolhimento de tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) cujo valor total seja inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse valor ao tributo de mesmo código de períodos subsequentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00. <b>DARF válido para pagamento até: 23/03/2018</b> Auto Atendimento Versão 5.27/66.9701 - opção 1	<b>10</b> VALOR TOTAL	1.152,55	
	<b>11</b> AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (Somente nas 1ª e 2ª vias)		

cortar nesta linha

2ª Via

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL  
 23/03/2018 - AUTOATENDIMENTO - 12.17.21  
 3382003382 SEGUNDA VIA 0052

COMPROVANTE DE PAGAMENTO  
 COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE DARF/DARF SIMPLES  
 CLIENTE: L L S ARMAZENAMENTO LTDA  
 AGENCIA: 3382-0 CONTA: 58.585-8

AGENTE ARRECADADOR  
 CNC 001 - 3382 - AGENCIA EMPR.DISTR.FEDERAL DF  
 CODIGO DE BARRAS

DATA DO PAGAMENTO 23/03/2018  
 PERÍODO DE APURAÇÃO 28/02/2018  
 NÚMERO DO CPNJ 05.398.080/0001-07  
 CÓDIGO DA RECEITA 6912  
 NÚMERO DE REFERÊNCIA  
 DATA DO VENCIMENTO 23/03/2018  
 RECEITA BRUTA ACUMULADA  
 PERCENTUAL  
 VALOR DO PRINCIPAL 1.152,55  
 VALOR DA MULTA  
 VALOR DOS JUROS  
 VALOR TOTAL 1.152,55

AUTENTICAÇÃO SISBB: C.55F.E73.2CD.A51.687  
 Modelo Aprovado pela SRF - ADE  
 Conjunto Corat/Cotec n. 001, DE 2006  
 DOCUMENTO: 032303

Aprovado pela IN/RFB nº 736 de 2 de maio de 2007


**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL**

Documento de Arrecadação de Receitas Federais

**DARF**
**01** NOME/TELEFONE  
 LOGSERVE LOGISTICA SERV.ARM.AZ.LTDA

61-21029777

COFINS NÃO CUMULATIVA

**ATENÇÃO**

É vedado o recolhimento de tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) cujo valor total seja inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse valor ao tributo de mesmo código de períodos subsequentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00.

 DARF válido para pagamento até: 29/03/2018  
 Auto Atendimento Versão 5.27.66.9701 - opção 1

<b>02</b>	PERÍODO DE APURAÇÃO	30/11/2017
<b>03</b>	NÚMERO DO CPF OU CNPJ	05.398.080/0001-07
<b>04</b>	CÓDIGO DA RECEITA	5856
<b>05</b>	NÚMERO DE REFERÊNCIA	
<b>06</b>	DATA DE VENCIMENTO	22/12/2017
<b>07</b>	VALOR DO PRINCIPAL	11.201,08
<b>08</b>	VALOR DA MULTA	2.240,21
<b>09</b>	VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS DL - 1.025/69	229,62
<b>10</b>	VALOR TOTAL	13.670,91
<b>11</b>	AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (Somente nas 1ª e 2ª vias)	

cortar nesta linha

**Consultas - Emissão de comprovantes**
 A33G221453531179008  
 22/03/2018 14:58:03

 SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL  
 22/03/2018 - AUTOATENDIMENTO - 14.57.58  
 3382003382 SEGUNDA VIA 0117
**COMPROVANTE DE PAGAMENTO****COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE DARF/DARF SIMPLES**

CLIENTE: L L S ARMAZENAMENTO LTDA

AGENCIA: 3382-0 CONTA: 58.585-8

-----  
AGENTE ARRECADADORCNC 001 - 3382 - AGENCIA EMPR.DISTR.FEDERAL DF  
CODIGO DE BARRAS -----

DATA DO PAGAMENTO	22/03/2018
PERÍODO DE APURACAO	30/11/2017
NÚMERO DO CPNJ	05.398.080/0001-07
CÓDIGO DA RECEITA	5856
NÚMERO DE REFERENCIA	-----
DATA DO VENCIMENTO	22/12/2017
RECEITA BRUTA ACUMULADA	-----
PERCENTUAL	-----
VALOR DO PRINCIPAL	11.201,08
VALOR DA MULTA	2.240,21
VALOR DOS JUROS	229,62
VALOR TOTAL	13.670,91

-----  
AUTENTICACAO SISBB: 3.D26.701.F9F.FBB.C34

Modelo Aprovado pela SRF - ADE

Conjunto Corat/Cotec n. 001, DE 2006

-----  
DOCUMENTO: 032201



Aprovado pela IN/RFB nº 736, de 2 de maio de 2007.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL**  
 Documento de Arrecadação de Receitas Federais

**DARF**

01 NOME/TELEFONE  
 LOGSERVE LOGISTICA SERV.ARM.AZ.LTDA  
 61-21029777

COFINS NÃO CUMULATIVA

**ATENÇÃO**

É vedado o recolhimento de tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) cujo valor total seja inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse valor ao tributo de mesmo código de períodos subsequentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00.

DARF válido para pagamento até: 22/03/2018  
 Auto Atendimento Versão 5.27.66.9701 - opção 1

02	PERÍODO DE APURAÇÃO	31/12/2017
03	NÚMERO DO CPF OU CNPJ	05.398.080/0001-07
04	CÓDIGO DA RECEITA	5856
05	NÚMERO DE REFERÊNCIA	
06	DATA DE VENCIMENTO	25/01/2018
07	VALOR DO PRINCIPAL	9.885,01
08	VALOR DA MULTA	1.826,74
09	VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS DL - 1.025/69	145,30
10	VALOR TOTAL	11.857,05
11	AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (Somente nas 1ª e 2ª vias)	

cortar nesta linha

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL  
 22/03/2018 - AUTOATENDIMENTO - 14.57.58  
 3382003382 SEGUNDA VIA 0099

**COMPROVANTE DE PAGAMENTO**

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE DARF/DARF SIMPLES  
 CLIENTE: L L S ARMAZENAMENTO LTDA  
 AGENCIA: 3382-0 CONTA: 58.585-8

AGENTE ARRECADADOR  
 CNC 001 - 3382 - AGENCIA EMPR.DISTR.FEDERAL DF  
 CODIGO DE BARRAS

DATA DO PAGAMENTO	22/03/2018
PERÍODO DE APURAÇÃO	31/12/2017
NÚMERO DO CNPJ	05.398.080/0001-07
CÓDIGO DA RECEITA	5856
NÚMERO DE REFERÊNCIA	
DATA DO VENCIMENTO	25/01/2018
RECEITA BRUTA ACUMULADA	
PERCENTUAL	
VALOR DO PRINCIPAL	9.885,01
VALOR DA MULTA	1.826,74
VALOR DOS JUROS	145,30
VALOR TOTAL	11.857,05

AUTENTICAÇÃO SISBB: A.59B.B13.97C.D68.FEC

Modelo Aprovado pela SRF - ADE  
 Conjunto Corat/Cotec n. 001, DE 2006

DOCUMENTO: 032202

Aprovado pela IN/RFB nº 736, de 2 de maio de 2007.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL**  
 Documento de Arrecadação de Receitas Federais

**DARF**

01 NOME/TELEFONE  
 LOGSERVE LOGISTICA SERV.ARM.AZ.LTDA  
 61-21029777

COFINS NÃO CUMULATIVA

**ATENÇÃO**

É vedado o recolhimento de tributos administrados pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) cujo valor total seja inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse valor ao tributo de mesmo código de períodos subsequentes, até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00.

DARF válido para pagamento até: 23/03/2018  
 Auto Atendimento Versão 5.27.66.9701 - opção 1

02	PERÍODO DE APURAÇÃO	31/01/2018
03	NÚMERO DO CPF OU CNPJ	05.398.080/0001-07
04	CÓDIGO DA RECEITA	5856
05	NÚMERO DE REFERÊNCIA	
06	DATA DE VENCIMENTO	23/02/2018
07	VALOR DO PRINCIPAL	13.477,24
08	VALOR DA MULTA	1.156,34
09	VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS DL - 1.025/69	134,77
10	VALOR TOTAL	14.768,35
11	AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (Somente nas 1ª e 2ª vias)	

cortar nesta linha

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL  
 23/03/2018 - AUTOATENDIMENTO - 12.17.21  
 3382003382 SEGUNDA VIA 0041

## COMPROVANTE DE PAGAMENTO

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE DARF/DARF SIMPLES

CLIENTE: L L S ARMAZENAMENTO LTDA

AGENCIA: 3382-0 CONTA: 58.585-8

AGENTE ARRECADADOR

CNC 001 - 3382 - AGENCIA EMPR.DISTR.FEDERAL DF

CODIGO DE BARRAS

DATA DO PAGAMENTO 23/03/2018  
 PERÍODO DE APURACAO 31/01/2018  
 NUMERO DO CPNJ 05.398.080/0001-07  
 CODIGO DA RECEITA 5856  
 NUMERO DE REFERENCIA  
 DATA DO VENCIMENTO 23/02/2018  
 RECEITA BRUTA ACUMULADA  
 PERCENTUAL  
 VALOR DO PRINCIPAL 13.477,24  
 VALOR DA MULTA 1.156,34  
 VALOR DOS JUROS 134,77  
 VALOR TOTAL 14.768,35

AUTENTICACAO SISBB: 3.A7A.1A3.8F5.999.121

Modelo Aprovado pela SRF - ADE

Conjunto Corat/Cotec n. 001, DE 2006

DOCUMENTO: 032308

Aprovado pela IN/RFB nº 736, de 2 de maio de 2007.

1ª Via



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL**  
 Documento de Arrecadação de Receitas Federais

**DARF**

**01** NOME/TELEFONE  
 LOGSERVE - LOGÍSTICA, SERVIÇOS E ARMAZENAMENTO  
 LTDA  
 61-2102-9777

COFINS NÃO CUMULATIVA

**ATENÇÃO**

É vedado o recolhimento de tributos administrados pela  
 Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) cujo valor total  
 seja inferior a R\$ 10,00. Ocorrendo tal situação, adicione esse  
 valor ao tributo de mesmo código de períodos subsequentes,  
 até que o total seja igual ou superior a R\$ 10,00.

**DARF válido para pagamento até: 23/03/2018**  
 Auto Atendimento Versão 5.27/66.9701 - opção 1

<b>02</b> PERÍODO DE APURAÇÃO	28/02/2018
<b>03</b> NÚMERO DO CPF OU CNPJ	05.398.080/0001-07
<b>04</b> CÓDIGO DA RECEITA	5856
<b>05</b> NÚMERO DE REFERÊNCIA	
<b>06</b> DATA DE VENCIMENTO	23/03/2018
<b>07</b> VALOR DO PRINCIPAL	5.308,73
<b>08</b> VALOR DA MULTA	0,00
<b>09</b> VALOR DOS JUROS E/OU ENCARGOS DL - 1.025/69	0,00
<b>10</b> VALOR TOTAL	5.308,73
<b>11</b> AUTENTICAÇÃO BANCÁRIA (Somente nas 1ª e 2ª vias)	

cortar nesta linha

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL  
 23/03/2018 - AUTOATENDIMENTO - 12.17.21  
 3382003382 SEGUNDA VIA 0042

COMPROVANTE DE PAGAMENTO

COMPROVANTE DE PAGAMENTO DE DARF/DARF SIMPLES  
 CLIENTE: L L S ARMAZENAMENTO LTDA  
 AGENCIA: 3382-0 CONTA: 58.585-8

AGENTE ARRECADADOR  
 CNC 001 - 3382 - AGENCIA EMPR.DISTR.FEDERAL DF  
 CODIGO DE BARRAS

DATA DO PAGAMENTO 23/03/2018  
 PERÍODO DE APURAÇÃO 28/02/2018  
 NÚMERO DO CNPJ 05.398.080/0001-07  
 CÓDIGO DA RECEITA 5856  
 NÚMERO DE REFERÊNCIA  
 DATA DO VENCIMENTO 23/03/2018  
 RECEITA BRUTA ACUMULADA  
 PERCENTUAL  
 VALOR DO PRINCIPAL 5.308,73  
 VALOR DA MULTA  
 VALOR DOS JUROS  
 VALOR TOTAL 5.308,73

AUTENTICAÇÃO SISBB: D.721.89D.A42.87A.CB3  
 Modelo Aprovado pela SRF - ADE  
 Conjunto Corat/Cotec n. 001, DE 2006

DOCUMENTO: 032307

## DAR - Documento de Arrecadação

Distrito Federal  
Secretaria de Estado de Fazenda

VIA SEF

2ª Via de Documento de Arrecadação

Emitido em 22/03/2018 - Internet

## Nome ou Razão Social

LOGSERVE-LOGISTICA, SERVICOS E ARMAZENAMENTO LTDA

## Endereço

LOTE 01 AREA ESPECIAL SAIA VELHA - REGIAO ADMINISTRATIVA

## Bairro

SANTA MARIA

## Cidade

BRASILIA

## UF

DF

## CEP

72549970

## Detalhes

1706 - ISS - NORMAL

## Observações

Telefone: 06 21029777

Valor Original: R\$ 7.401,68

01.CF/DF	0744009100160
02.Cod Receita	1708
03.Cota ou Refer.	12/2017
04.Vencimento	20/01/2018
05.Exercício	2017
06.Inscrição	.....
07.Placa/Chassi	.....
08.Nº do documento	.....
09.CPF/CNPJ	05398080000107
10.Unid. Adm	0009
11.Res. SEFAZ	09
12.Res. SEF	0096322732
13.Principal - R\$	7.437,99
14.Multa - R\$	743,80
15.Juros - R\$	148,76
16.Outros - R\$	0,00
17.Valor Total - R\$	8.330,55

AVISO AOS BANCOS : RECEBER ATÉ 29/03/2018

856800000833 305500092906 318000096327 273212739653



Corte Aqui

Autenticar no Verso

SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL  
23/03/2018 - AUTOATENDIMENTO - 12.35.52  
3382003382 SEGUNDA VIA 0046

## COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: L L S ARMAZENAMENTO LTDA

AGENCIA: 3382-0 CONTA: 58.585-8

Convenio GDF CONTA ARRECADACAO

Codigo de Barras 85680000083-3 30550009290-6

31800009632-7 27321273965-3

Data do pagamento 23/03/2018

Valor Total 8.330,55

DOCUMENTO: 032306

AUTENTICACAO SISBB: 3.4E6.8F9.CD9.E1E.C07

DAR - Documento de Arrecadação

Distrito Federal  
Secretaria de Estado de Fazenda

VIA SEF

2ª Via de Documento de Arrecadação

Emitido em 22/03/2018 - Internet

## Nome ou Razão Social

LOGSERVE-LOGÍSTICA, SERVICOS E ARMAZENAMENTO LTDA

## Endereço

LOTE 01 AREA ESPECIAL SAIA VELHA - REGIAO ADMINISTRATIVA

## Bairro

SANTA MARIA

## Cidade

BRASILIA

## UF

DF

## CEP

72549970

## Detalhes

1708 - ISS - NORMAL

## Observações

Telefone: 06 21029777

Valor Original: R\$ 8.244,39

01.CF/DF

0744009100160

02.Cod Receita

1708

03.Cota ou Refer.

11/2017

04.Vencimento

20/12/2017

05.Exercicio

2017

06.Inscrição

.....

07.Placa/Chassi

.....

08.Nº do documento

.....

09.CPF/CNPJ

05398080000107

10.Unid. Adm

0009

11.Res. SEFAZ

63

12.Res. SEF

0096322658

13.Principal - R\$

8.299,75

14.Multa - R\$

829,98

15.Juros - R\$

248,99

16.Outros - R\$

0,00

17.Valor Total - R\$

9.378,72

AVISO AOS BANCOS : RECEBER ATÉ 29/03/2018

856900000931 787200092908 318000096327 265811739654



Corte Aqui

Autenticar no Verso

01.CF/DF

0744009100160



## Consultas - Emissão de comprovantes

A33S231143338717031  
23/03/2018 12:35:55SISBB - SISTEMA DE INFORMACOES BANCO DO BRASIL  
23/03/2018 - AUTOATENDIMENTO - 12.35.52  
3382003382 SEGUNDA VIA 0045

## COMPROVANTE DE PAGAMENTO

CLIENTE: L L S ARMAZENAMENTO LTDA  
AGENCIA: 3382-0 CONTA: 58.585-8  
Convenio GDF CONTA ARRECADACAO  
Codigo de Barras 85690000093-1 78720009290-8  
31800009632-7 26581173965-4  
Data do pagamento 23/03/2018  
Valor Total 9.378,72DOCUMENTO: 032305  
AUTENTICACAO SISBB: B.EB6.F0F.CEA.8A2.55E

**Ministério da Fazenda****PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO**

**O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.**

Documento autenticado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001. Corresponde à fé pública do servidor, referente à igualdade entre as imagens digitalizadas e os respectivos documentos ORIGINAIS.

**Histórico de ações sobre o documento:**

Documento juntado por ALEXANDRE MARTINS ANGOTI em 29/03/2018 17:01:30.

Documento autenticado digitalmente por ELIANE ROSE COELHO PEREIRA em 28/03/2018.

Esta cópia / impressão foi realizada por PEDRO HENRIQUE DE ANDRADE CORREA em 03/08/2018.

**Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:**

1) Acesse o endereço:

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

2) Entre no menu "Legislação e Processo".

3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".

4) Digite o código abaixo:

**EP03.0818.15059.PCED**

5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.

**Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:**  
**7227206A69054BC224973A0F98C5DEB5770D1904B357601C0267469C831AA2D5**





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**

PROCESSO/PROCEDIMENTO: 10120.003429/0714-91  
INTERESSADO: MINISTERIO DA FAZENDA

DESTINO: SADAD - Emitir Parecer / Despacho

**DESPACHO DE ENCAMINHAMENTO**

Para providenciar o Relac/1º semestre/2018.

DATA DE EMISSÃO : 12/07/2018

Preparar e Instruir Processo / Dossiê /  
ALEXANDRE MARTINS ANGOTI  
CAL  
GAB  
DF BRASÍLIA AEROPORTO ALF



**Ministério da Fazenda**

## **PÁGINA DE AUTENTICAÇÃO**

**O Ministério da Fazenda garante a integridade e a autenticidade deste documento nos termos do Art. 10, § 1º, da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001 e da Lei nº 12.682, de 09 de julho de 2012.**

Documento juntado ao processo decorrente de ato do servidor habilitado e reconhecido via certificado digital.  
Corresponde à fé pública do servidor.

### **Histórico de ações sobre o documento:**

Esta cópia / impressão foi realizada por PEDRO HENRIQUE DE ANDRADE CORREA em 03/08/2018.

### **Instrução para localizar e conferir eletronicamente este documento na Internet:**

**1) Acesse o endereço:**

<https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAC/publico/login.aspx>

**2) Entre no menu "Legislação e Processo".**

**3) Selecione a opção "e-AssinaRFB - Validar e Assinar Documentos Digitais".**

**4) Digite o código abaixo:**

**EP03.0818.15052.S3UE**

**5) O sistema apresentará a cópia do documento eletrônico armazenado nos servidores da Receita Federal do Brasil.**

**Código hash do documento, recebido pelo sistema e-Processo, obtido através do algoritmo sha2:**

**37C77EAF6349833E0628EF3C1B751C361F16792A042570040B8381B9F519D3C4**



**MINISTÉRIO DA FAZENDA  
RECEITA FEDERAL DO BRASIL  
SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA RECEITA FEDERAL - 1ª RF  
ALFÂNDEGA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE BRASÍLIA - PJK**

**RELATÓRIO CONSOLIDADO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO DE CONTRATO**

**RELAC**

**PORTO SECO – DISTRITO FEDERAL**

**Período: Janeiro a Junho de 2018**

Por designação formalizada na Portaria ALF/BSB nº 02, de 19 de fevereiro de 2018, para acompanhar e fiscalizar a execução do Contrato de Permissão para prestação de serviços públicos de movimentação e armazenagem de mercadorias em Terminal Alfandegado de Uso Público, celebrado entre a SRRF/1ª RF e a empresa LOGSERVE – Logística, Serviços e Armazenamento Ltda, inscrita no CNPJ sob o nº 05.398.080/0001-07, em 27 de fevereiro de 2003, conforme Processo nº 10166.014043/2002-11, apresentamos o presente relatório nos termos da Instrução Normativa RFB nº 1.208, de 04 de novembro de 2011, conforme segue:

**I – FORMULÁRIO DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL.**

O Ato Declaratório Executivo nº 14, de 22 de julho de 2004, declarou alfandegado, em caráter precário, o Porto Seco do Distrito Federal, tendo como permissionária a empresa LOGSERVE – Logística, Serviços e Armazenamento Ltda.

*WRA Elane*

O Formulário de Acompanhamento da Execução Contratual do Porto Seco do Distrito Federal, recinto alfandegado nº 1913201, foi confeccionado e preenchido de acordo com o disposto no Anexo Único da Instrução Normativa RFB 1.208/2011.

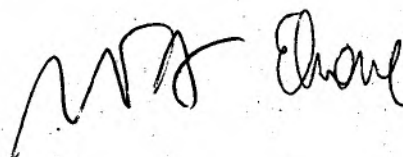
Os dados referentes à movimentação do terminal foram obtidos a partir de consulta aos sistemas SISPLAN da permissionária, DW Corporativo da Receita Federal e Gerencial do Siscomex Trânsito.

Para preenchimento dos "Dados do Permissionário" e do campo "Utilização da capacidade de armazém", nos embasamos no Relatório "Acompanhamento da Execução Contratual de Terminal Alfandegado de Uso Público" fornecido pelo permissionário, referente aos 06 (seis) meses do 1º semestre de 2018, que segue anexo ao presente relatório.

## II – RELATÓRIO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL.

O Relatório da Execução Contratual do Porto Seco do Distrito Federal, referente ao período de janeiro a junho de 2018, é apresentado levando-se em conta as seguintes situações:

- a) Irregularidades constatadas no período, bem assim as correspondentes medidas preventivas ou punitivas;
  - *Não foram constatadas irregularidades nesse período.*
- b) Resultados de auditorias e outros procedimentos de fiscalização realizados;
  - *Não houve auditorias ou outros procedimentos de fiscalização realizados pela RFB, tendo como objeto específico a execução do contrato, concluídos neste período.*
- c) Reajustes e revisões tarifárias ocorridas no período, acompanhados da devida fundamentação legal e, no caso de revisões, comprovação de sua necessidade em função do equilíbrio econômico-financeiro do contrato;
  - *Não houve reajustes e/ou revisões tarifárias no período.*



d) Outras ocorrências relevantes que possam afetar a avaliação do desempenho do concessionário ou permissionário na prestação dos serviços delegados;

- *A permissionária se queixa de que a ausência de Auditor-Fiscal e Analista em tempo integral prejudica o andamento dos procedimentos do despacho de importação causando morosidade e reclamações.*

e) Informações sobre a observância, pelo concessionário ou permissionário, das disposições legais, regulamentares, editais e contratuais referentes à prestação dos serviços delegados;

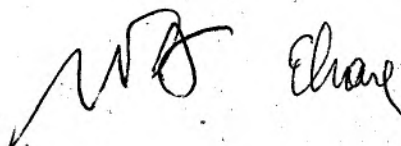
- *Não está sendo possível, nesta data, a emissão de Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND), conforme consulta anexa. Dessa forma, a permissionária foi intimada (Intimação Fiscal do Contrato 01/2018, em anexo) a apresentar a certidão, no prazo de quinze dias, sob pena da aplicação das penalidades cabíveis. Na mesma intimação, a permissionária foi informada de que foi iniciada a contagem do prazo previsto no inciso VII do § 1º do art. 38 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, que prevê a possibilidade de declaração da caducidade da permissão, caso a CND não seja apresentada no prazo de 180 (cento e oitenta) dias.*

### III – DA TABELA DE PREÇOS E TARIFAS DOS SERVIÇOS PÚBLICOS DELEGADOS.

Segue, em anexo, cópia das tabelas das tarifas para armazenagem e movimentação de mercadorias na importação, na exportação, na reexportação, na devolução ou na redestinação, bem como cópia da tabela das tarifas para os serviços conexos relacionados, praticadas no 1º semestre de 2018.

### IV – DAS ÚLTIMAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO PERMISSIONÁRIO.

Segue, em anexo, cópia do último Balanço Patrimonial encerrado em 31 de dezembro de 2017.





A permissionária apresentou Certificado de Regularidade do FGTS – CRF obtido em 18/07/2018.

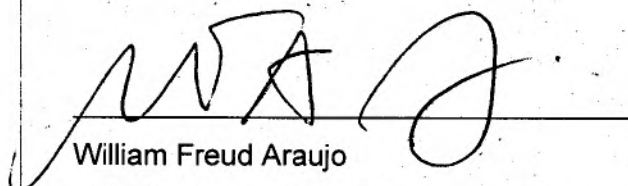
A permissionária não se manifestou formalmente em relação à não obtenção das Certidões de Regularidade equivalentes junto à RFB, INSS e SEFAZ-DF.

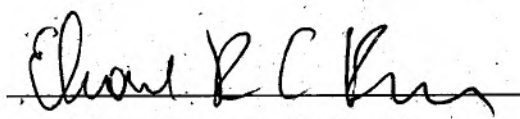
Cabe salientar que, no tocante ao recolhimento mensal das parcelas relativas ao Fundo Especial de Desenvolvimento e Aperfeiçoamento das Atividades de Fiscalização (FUNDAF), a permissionária não efetuou o recolhimento, tendo em vista a apresentação da cópia de Decisão Judicial que julga procedente o pedido para declarar a inexigibilidade da referida taxa ao FUNDAF, proferida em 09/10/2017, pelo Juiz Federal da 20ª Vara Federal em Brasília. Segue em anexo cópia das decisões e o histórico processual no site da Justiça federal da 1ª Região (1º grau) emitido em 31/07/2018.

#### V – OUTROS DOCUMENTOS ANEXOS.

1. Cópia do Relatório emitido pela comissão designada pelo Superintendente Regional da 1ª Região Fiscal da Receita Federal do Brasil, conforme o disposto no art. 22, § 2º, da Instrução Normativa RFB nº 1.208, de 04 de novembro de 2011, que trata da avaliação da qualidade dos serviços prestados pela permissionária do Porto Seco de Brasília-DF, relativo ao 1º semestre de 2018.
2. Cópia do seguro-garantia relativo ao período de 25/02/2018 a 25/02/2019, conforme disposto nos incisos V e VI do subitem 3.3.2 do edital de concorrência pública SRF/SRRF 1ªRF – nº 01/2002.
3. Intimação Fiscal Contrato Porto Seco Brasília nº 01/2018.

Brasília -DF, 03 de agosto de 2018.

  
William Freud Araujo  
AFRFB - Matrícula nº 14500

  
Eliane Rose Coelho Pereira  
AFRFB – Matrícula nº56.758



## ANEXO ÚNICO

ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL DE PORTO SECO									
TIPO DE PORTO SECO/DESCRIÇÃO	(X) DE ZONA SECUNDÁRIA	O DE FRONTEIRA	O OUTROS						
LOCALIZAÇÃO DO PORTO SECO	ÁREA ESPECIAL SAIA VELHA, LOTE 01, POLO JK – SANTA MAIA – DF (CEP: 72549-550)								
MODALIDADE DE OUTORGA	(X)CONCESSÃO	( ) PERMISSÃO							
EMPRESA EXPLORADORA	LOGSERVICE – Logística, Serviços e Armazenamento								
CNPJ	05.398.080/0001-07								
AGÊNCIA DO CONTRATO	TERMO INICIAL:	28/02/2003	TERMO FINAL:	01/04/2023					
UNIDADE JURISDICIONANTE	Alfândega do Aeroporto Internacional de Brasília PJK – cód. 0117600								
SEMESTRE CIVIL	(X) PRIMEIRO SEMESTRE 2018			( ) SEGUNDO SEMESTRE 2017					
MÊS DO SEMESTRE	PRIMEIRO		SEGUNDO	TERCEIRO	QUARTO	QUINTO	SEXTO	TOTAL	
MOVIMENTAÇÃO DO PORTO SECO	UNIDADE								
Despachos Aduaneiros (1)	74	44	22	16	29	33	218		
Entradas de Mercadorias importadas (2)	4.126.431,48	2.546.351,05	1.766.995,51	1.551.645,66	1.402.760,12	3.275.599,25	14.669.783,07		
Entradas de mercadorias para exportação (3)	0	0	0	0	0	0			
Imposto de importação (4)	1.012.852,06	509.943,57	353.256,51	327.964,96	134.345,11	652.008,97	2.990.371,18		
PI vinculado de importação (4)	1.034.705,76	138.933,78	302.696,66	616.540,54	160.537,22	129.182,18	2.382.596,14		
IS/PASEP (4)	156.222,13	40.271,49	56.673,21	103.492,19	51.469,59	43.700,89	451.829,5		
IOFINS (4)	774.749,29	214.749,29	279.869,72	521.488,30	247.363,57	222.482,74	2.260.702,91		
Utilização da capacidade de armazenagem (5)	2,19	4,47	6,40	3,91	1,53	1,37	19,87		
DADOS DA PERMISSÃO/CONCESSIONÁRIA									
Arquitetamento	R\$ 196.975,91	88.695,41	47.004,49	60.251,93	67.510,78	59.435,42	519.873,94		
Receitas de movimentação e armazenagem	R\$ 180.505,06	70.275,73	43.208,82	48.097,03	61.479,03	54.688,62	458.254,29		
Receitas acessórias	R\$ 16.470,85	18.419,68	3.795,67	12.154,90	3.031,75	4.746,80	61.619,65		
DADOS DA EXECUÇÃO CONTRATUAL									
PA's da iniciativa da RFB	0	0	0	0	0	0	0		
PA's decorrentes de denúncia ou reclamação	0	0	0	0	0	0	0		

(1) Qtde. de DTA's admitidas no período - fonte Gerencial Siscomex Transito Aduaneiro

(2) Referentes aos despachos (DTA's) que deram entrada no período - fonte Gerencial Siscomex Transito Aduaneiro

(3) Consideradas as exportações efetivas, excluindo-se as reexportações de mercadorias importadas sob o regime de entreposto aduaneiro, haja vista que as admissões nesse regime são computadas como importações.

(4) Referentes aos despachos aduaneiros desembarcados no período - fonte DW Aduaneiro

(5) Medida, em percentual, do grau de utilização da capacidade total de armazenagem do terminal em área coberta, haja vista que inexistente área descoberta específica para armazenagem, com base em relatório apresentando pelo Depositário.

### DESCRIÇÃO DOS INDICADORES DE ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL

Despachos aduaneiros: quantidade de declarações de importação, declarações de admissão ou documentos de exportação processados pela unidade da RFB, no período, referente ao porto seco.

Entrada de mercadorias importadas: valor total, CIF, em dólares dos Estados Unidos da América, das mercadorias que deram entrada no recinto, no período, referente ao porto seco.

Entrada de mercadorias a exportar: valor total, FOB, em dólares dos Estados Unidos da América, das mercadorias que deram entrada no porto seco, no período, destinadas a exportação.

Imposto de importação: valor total arrecadado, em Reais, a título de imposto de importação, incidente sobre as operações efetuadas no porto seco.

IPI vinculado à importação: valor total arrecadado, em Reais, a título de imposto sobre produtos industrializados decorrentes das operações de importação (IPI vinculado) realizadas no porto seco.

PIS/PASEP: valor total arrecadado, em Reais, a título de programa de integração social (PIS) e de programa de formação do patrimônio do servidor público (PASEP), decorrente das operações de importação efetuadas no porto seco.

COFINS: valor total arrecadado, em Reais, a título de contribuição social para o financiamento da seguridade social (COFINS) decorrente das operações de importação efetuadas no porto seco.

Utilização da capacidade de armazenagem: expresso em percentual, consiste na medida do grau de utilização da capacidade total de armazenagem do porto seco (em área coberta e descoberta) e valores médios, registrada no período. Poderá ser informado o valor utilizado pela própria permissionária/concessionária em seus relatórios gerenciais, desde que descrita a forma de cálculo.

Faturamento: registro mensal das receitas da empresa administradora do porto seco, em Réais, decorrente da exploração de outorga.

Recitas de movimentação e armazenagem: receitas, em Reais, oriundas exclusivamente da exploração dos serviços de movimentação e armazenagem de cargas sob controle aduaneiro, tanto na importação, como na exportação.

Receitas acessórias: receitas, em Reais, derivadas da prestação de serviços conexos como outros complementares à movimentação e armazenagem de mercadorias.

PA's de iniciativa da RFB: número de procedimentos administrativos instaurados por iniciativa da RFB, decorrentes de irregularidades encontradas na execução do contrato de concessão ou permissão.

PA's decorrentes de denúncia ou reclamação: número de procedimentos administrativos instaurados em virtude de denúncia ou reclamação de usuário ou de terceiros, protocolizada na RFB, referente a falhas e irregularidades na prestação dos serviços delegados por parte da concessionária ou permissionária.



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**Secretaria da Receita Federal do Brasil**  
**1ª Região Fiscal**  
**Alfândega de Brasília**

**INTIMAÇÃO FISCAL**  
**CONTRATO PORTO SECO**  
**BRASÍLIA**  
**nº 01/2018**

## 1. Jurisdição Fiscal

Alfândega da Receita Federal do Brasil no Aeroporto Internacional de Brasília - PJK  
Aeroporto Internacional de Brasília, Terminal de Carga, s/nº, 2º Andar, Lago Sul – DF  
CEP 71.608-900 TEL: (61) 3364-9303

## 2. Interessada

Nome	CPF/CNPJ
LOGSERVE - LOGÍSTICA, SERVIÇOS E ARMAZENAMENTO LTDA	05.398.080/0001-07
Endereço no Cadastro CNPJ:	
LOTE 01, AREA ESPECIAL SAIA VELHA S/N, SANTA MARIA, BRASÍLIA - DF, CEP 72549-550	



### 3. Intimação

No exercício das atribuições de fiscais do Contrato de Permissão para Prestação de Serviços Públicos de Movimentação e Armazenagem de Mercadorias em Terminal Alfandegado de Uso Público, celebrado entre a SRRF/1ª RF e a empresa Logserve; conforme Portaria ALF/BSB nº 2, de 19/02/2018 e nos termos do art. 21 da Instrução Normativa RFB nº 1.208, de 4 de novembro de 2011, **intimamos** a interessada a apresentar, no prazo de **15 (quinze) dias**, Certidão Negativa de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União, tendo em vista que, conforme consulta à página da Secretaria da Receita Federal do Brasil (em anexo), não está sendo possível a emissão da referida certidão. A permissionária tem a obrigação de apresentar a certidão, tendo em vista a Cláusula Quinta, XX do Contrato de Permissão.

O não atendimento à presente intimação implicará na aplicação das penalidades cabíveis, em conformidade com a Cláusula Décima Primeira do Contrato de Permissão e legislação federal aplicável - Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995 e Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995.

Cientificamos a interessada de que, a partir da ciência desta intimação, se inicia a contagem do prazo previsto no inciso VII do-§ 1º do art. 38 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995.

#### 4. Fiscais do Contrato

Nome William Freud Araújo	Matricula 14.500	Data 31/07/2018	Assinatura 
Nome Eliane Rose Coelho Pereira	Matricula 56.758	Data 31/07/2018	Assinatura 

## 5. Ciência da Interessada

Declaro-me ciente desta intimação, da qual recebi uma cópia.

Nome	Assinatura	Data da Ciência	
EDWARD LIBAINO MARTINS	Edward Libaino Martins Gerente Geral	07/08	2018
Cargo	CPF		
GERENTE GERAL	067674631-68		

Participar

Acesso à informação



## Certidão de Débitos Relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União

### Resultado da Consulta

As informações disponíveis na Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB sobre o contribuinte 05.398.080/0001-07 são insuficientes para a emissão de certidão por meio da Internet.

Para consultar sua situação fiscal, acesse [Centro Virtual de Atendimento e-CAC](#).

Para maiores esclarecimentos, consulte a página [Orientações para emissão de Certidão nas unidades da RFB](#).

[Nova Consulta](#)



# ACOMPANHAMENTO DA EXECUÇÃO CONTRATUAL DE TERMINAL ALFANDEGADO DE USO PÚBLICO

LOGSERVE LOGISTICA SERV. E ARMA. LTDA.

ÁREA ESPECIAL SAIA VELHA, LOTE 1, POLO I - SANTA MARIA

72535-550 - BRASILIA - DF

CNPJ : 05.398.080/0001-07



Documento de 37 páginas. Para obter o código de verificação, clique no ícone de lupa no canto superior direito da página. O código de verificação é necessário para acessar o documento. O código de verificação é 18072018111359.

Verso em Branco

	Unid	jan/2018	fev/2018	mar/2018	abr/2018	mai/2018	jun/2018	Total
<b>MOVIMENTAÇÕES NO TERMINAL</b>								
QUANTIDADE DE D.T.A		67	38	20	19	25	34	203
QUANTIDADE DE D.A		0	1	0	0	0	0	1
QUANTIDADE DE D.I		73	48	18	15	28	33	215
QUANTIDADE DE DDE		0	0	0	0	0	0	0
QUANTIDADE DE DSI		0	0	0	0	0	0	0
QUANTIDADE DE DSE		0	0	0	0	0	0	0
ENLADADA DE MERCADORIAS IMPORTADAS	US\$	4.179.313,30	2.521.977,17	1.771.584,04	1.565.123,34	1.439.729,69	3.284.491,18	14.762.218,72
ENLADADA DE MERCADORIAS PARA EXPORTAÇÃO	R\$	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INFLUÍDO DE IMPORTAÇÃO (RECOLHER)	R\$	1.032.188,72	660.888,69	194.035,22	330.181,57	132.951,70	677.478,41	3.027.724,31
INFLUÍDO DE IMPORTAÇÃO (SUSPENSO)	R\$	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INFLUÍDO A IMPORTAÇÃO (RECOLHER)	R\$	997.033,80	294.817,36	122.586,90	658.698,03	87.991,99	116.872,67	2.278.000,75
INFLUÍDO A IMPORTAÇÃO (SUSPENSO)	R\$	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTAINERS (SUSPENSO)	R\$	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CONTAINERS (RECOLHER)	R\$	782.409,80	297.474,88	194.726,39	520.917,88	238.855,25	224.857,02	2.259.241,28
PAQUETES (SUSPENSO)	R\$	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PAQUETES (RECOLHER)	R\$	157.102,56	57.817,21	38.436,16	103.676,44	49.618,11	41.435,85	448.086,33

## MOVIMENTAÇÕES DE CARGA/CONTAINER

CONTAINER 20" - ENTRADAS	UN	1	1	0	0	0	3	5
CONTAINER 40" - ENTRADAS	UN	3	4	7	0	0	0	14
CONTAINER 20" - SAIDAS	UN	0	0	0	0	0	0	0
CONTAINER 40" - SAIDAS	UN	0	0	0	0	0	0	0
CARGA SOLTA - ENTRADAS	UN	30	23	10	16	19	23	121
CARGA SOLTA - SAIDAS	UN	59	32	20	29	31	27	204

## DADOS DA PERMISSÃO

FATURAMENTO	R\$	196.975,51	85.695,41	47.004,49	60.251,93	67.510,78	59.435,42	519.873,94
RECEITAS DE MOVIMENTAÇÃO E DE ARMAZENAGEM	R\$	180.505,06	70.275,73	43.208,82	48.097,03	61.479,03	54.688,62	458.254,29
RECEITAS ACESSÓRIAS	R\$	16.470,85	18.419,68	3.795,67	12.154,90	6.031,75	4.746,80	61.619,65

## OCCUPAÇÃO

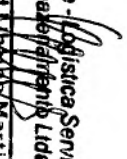
OCCUPAÇÃO DO ARMAZEM (M3)	%	2,19	4,47	6,40	3,91	1,53	1,37	19,87
OCCUPAÇÃO DO PATIO (M2)	%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OCCUPAÇÃO DE AMOSTRAS (M3)	%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

Fl. 6432

**PLANILHA DE TARIFAS E FATURAMENTO EM SERVIÇOS CONEXOS**  
**ITEM 7.2 DO EDITAL**

**Validade de Janeiro a Junho de 2018**

<b>SERVIÇOS CONEXOS</b>	<b>TARIFA</b>
a- Estadia de veículos, por período de 12 horas ou fração, por veículo:	R\$ 100,00
b- Estadia de contêiner vazio, por dia:	R\$ 10,00
c- Pesagem de veículo, por veículo:	R\$ 30,00
d- Varredura de contêiner, por contêiner:	R\$ 10,00
e- Varredura de veículo, por unidade:	R\$ 10,00
f- Lavagem e desinfecção de contêiner, por contêiner:	R\$ 25,00
g- Lavagem e desinfecção de veículo, por veículo:	R\$ 25,00
h- Fornecimento de energia elétrica, por período de 24 horas ou fração:	R\$ 25,00
i- Retirada de amostras, por amostra:	R\$ 25,00
j- Lonamento ou desenlonamento de veículos, por veículo:	R\$ 25,00
k- Colocação de lacre, por lacre:	R\$ 25,00
l- Expurgo ou re-expurgo de contêineres, por contêiner:	R\$ 120,00
m- Unitização de carga em contêiner ou caminhão, por unidade:	R\$ 45,00
n- Desunitização de carga em contêiner ou caminhão, por unidade:	R\$ 45,00
o- Paletização ou despaletização de carga, por palet:	R\$ 20,00
p- Embalagem ou re-embalagem, mão de obra - por volume:	R\$ 10,00
q- Arqueamento por caixa ou por volume:	R\$ 10,00
r- Movimentação de contêiner vazio, por movimentação:	R\$ 20,00
s- Emissão de títulos ou warrants:	R\$ 120,00

Logserve - Logística Serviços  
 e Armazenamento Ltda  
  
 Edward Roberto Martins  
 Gerente Geral



## TARIFA DE ARMAZENAMENTO E SERVIÇOS

Validade de Janeiro à Junho de 2018

Tarifas para armazenagem de mercadorias na importação ou no trânsito aduaneiro de passagem:

<b>Armazém 01 - Geral</b>		
TAI1	Tarifa expressa em percentual sobre o valor CIF da mercadoria, por um período de dez dias ou fração	0,43%
TAI2	Tarifa expressa em reais (R\$) por metro cúbico(m3) ou fração, por um período de dez dias ou fração	R\$ 1,84
TAI3	Tarifa expressa em reais (R\$) por metro quadrado (m2) ou fração, por um período de dez dias ou fração	R\$ 4,91
<b>Armazém 02-Refrigerado</b>		
TAI1	Tarifa expressa em percentual sobre o valor CIF da mercadoria, por um período de dez dias ou fração :	0,86%
		zero vírgula oitenta e seis por cento

Tarifas para armazenagem de mercadorias na exportação, reexportação, na devolução ou na redirecionamento, inclusive em regime de DAC

TAE1	Tarifa expressa em percentual sobre o valor FOB da mercadoria, por um período de trinta dias ou fração	0,61%	zero vírgula sessenta e um por cento
TAE2	Tarifa expressa em reais (R\$) por metro cúbico (m3) ou fração, por um período de trinta dias ou fração	R\$ 4,91	quatro reais e noventa e um centavos
TAE3	Tarifa expressa em reais (R\$) por metro quadrado (m2) ou fração, por um período de trinta dias ou fração	R\$ 12,27	doze reais e vinte e sete centavos

Tarifas para movimentação de mercadorias na importação ou no trânsito aduaneiro de passagem

1 - Tarifas para mercadoria paletizada:			
TM11	Tarifa expressa em reais (R\$) por metro cúbico (m3) ou fração	R\$ 3,07	três reais e sete centavos
TM12	Tarifa expressa em reais (R\$) por tonelada ou fração	R\$ 4,91	quatro reais e noventa e um centavos
2 - Tarifas para mercadoria não paletizada			
TM13	Tarifa expressa em reais (R\$) por metro cúbico (m3) ou fração	R\$ 2,45	dois reais e quarenta e cinco centavos
TM14	Tarifa expressa em reais (R\$) por tonelada ou fração	R\$ 4,91	quatro reais e noventa e um centavos
3 - Tarifas para mercadoria containerizada:			
TM15	Tarifa expressa em reais (R\$) por metro cúbico (m3) ou fração	R\$ 3,07	três reais e sete centavos
TM16	Tarifa expressa em reais (R\$) por tonelada ou fração	R\$ 4,91	quatro reais e noventa e um centavos
Tarifas para movimentação de mercadorias na exportação, reexportação, na devolução ou na redesignação, inclusive em regime de DAC:			
1 - Tarifas para mercadoria paletizada:			
TME1	Tarifa expressa em reais (R\$) por metro cúbico (m3) ou fração	R\$ 3,07	três reais e sete centavos
TME2	Tarifa expressa em reais (R\$) por tonelada ou fração	R\$ 4,91	quatro reais e noventa e um centavos
2 - Tarifas para mercadoria não paletizada:			
TME3	2.1 - Tarifa expressa em reais (R\$) por metro cúbico (m3) ou fração	R\$ 2,45	dois reais e quarenta e cinco centavos
TME4	2.2 - Tarifa expressa em reais (R\$) por tonelada ou fração	R\$ 4,91	quatro reais e noventa e um centavos
3 - Tarifas para mercadoria containerizada:			
TME5	Tarifa expressa em reais (R\$) por metro cúbico (m3) ou fração	R\$ 3,07	três reais e sete centavos
TME6	Tarifa expressa em reais (R\$) por tonelada ou fração	R\$ 4,91	quatro reais e noventa e um centavos

Logística Serviços  
e Armazenamento Ltda  
Edward Ibaño Martins  
Gerente Geral

**Certificado de Regularidade do FGTS - CRF**

**Inscrição:** 05398080/0001-07  
**Razão Social:** LOGSERVE LOGISTICA SERVICOS E ARMAZENAMENTO LTDA  
**Nome Fantasia:** PORTO SECO DO DISTRITO FEDERAL  
**Endereço:** LOC LOTE 01 AREA ESPECIAL SAIA VELHA SN REG ADMINIST /  
SANTA MARIA / BRASILIA / DF / 70610-480

A Caixa Econômica Federal, no uso da atribuição que lhe confere o Art. 7, da Lei 8.036, de 11 de maio de 1990, certifica que, nesta data, a empresa acima identificada encontra-se em situação regular perante o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS.

O presente Certificado não servirá de prova contra cobrança de quaisquer débitos referentes a contribuições e/ou encargos devidos, decorrentes das obrigações com o FGTS.

**Validade:** 07/07/2018 a 05/08/2018

**Certificação Número:** 2018070712160621475600

Informação obtida em 18/07/2018, às 11:34:14.

A utilização deste Certificado para os fins previstos em Lei está condicionada à verificação de autenticidade no site da Caixa:  
**[www.caixa.gov.br](http://www.caixa.gov.br)**



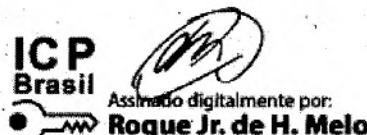
A MINISTÉRIO DA FAZENDA-SEC. DA RECEITA FEDERAL-SUPERINT. REGIONAL DA  
RECEITA FEDERAL-1ª REGIÃO FISCAL

Em Anexo, encaminhamos a nova apólice digital da JMalucelli Seguradora S/A, um documento com a mesma veracidade de uma apólice impressa, sendo que a única diferença é que a apólice agora faz parte de um processo de certificação digital, utilizando técnicas e processos que garantem segurança e valor jurídico às transações eletrônicas. Esta apólice substitui, de forma definitiva, o modelo anterior, e acompanha as inovações tecnológicas já presentes no mercado, como nota fiscal digital, recibos de pagamentos via internet, emissão de boletos, etc.

**JMalucelli Seguradora**

**TÍTULO: APÓLICE Seguro Garantia N° 02-0775-0402550**

**Documento eletrônico digitalmente assinado por:**



Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001, que instituiu a Infra-estrutura de chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil por: Signatário (as):

Gustavo Henrich Nº de Série do Certificado: 099FC08915F5891A

Roque de Holanda Melo Nº de Série do Certificado: 52AE2099725C9CD2

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, no uso da atribuição que lhe oferece o art. 62 da Constituição, adota a seguinte Medida Provisória, com força de lei:

Art. 1º - Fica instituída a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil, para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras.

Nº Apólice: 02-0775-0402550  
 Controle Interno(Código Controle): 582662555  
 Data de Emissão: 02/03/2018

A autenticidade do presente documento, bem como o arquivo em forma eletrônica, podem ser verificados no website [www.jmalucellisseguradora.com.br](http://www.jmalucellisseguradora.com.br).

Após sete dias úteis da emissão deste documento, o mesmo poderá ser verificado sob o nº 05436.2018.0002.0775.0402550.000000 no site da susep: [www.susep.gov.br](http://www.susep.gov.br). Acesse: Serviço ao Cidadão -> Consulta de apólice de seguro garantia.





## Seguro Garantia

**Apólice: 02-0775-0402550**

**Proposta: 2032480**

**Controle Interno(Código Controle):582662555**

A autenticidade do presente documento, bem como o arquivo em forma eletrônica, podem ser verificados no website [www.jmalucelseguradora.com.br](http://www.jmalucelseguradora.com.br). Após sete dias úteis da emissão deste documento, o mesmo poderá ser verificado sob o n.º 05436.2018.0002.0775.0402550.000000 no site da SUSEP [www.susep.gov.br](http://www.susep.gov.br). As condições contratuais/regulamento deste produto protocolizadas pela sociedade/entidade junto à Susep poderão ser consultadas no endereço eletrônico [www.susep.gov.br](http://www.susep.gov.br), de acordo com o número de processo constante da aplicação/proposta. Atendimento SUSEP: 0800 021 8484.

Central de Atendimento JM - 0800 704 0301/Ouvidoria JM - 0800 643 0301

### Frontispício de Apólice

A J. MAÇUCELLI SEGURADORA S/A, CNPJ 84.948.157/0001-33, Código de Registro na SUSEP 05436, com sede na Rua Visconde de Nacar, 1440 - Centro - Curitiba - PR, por meio desta APÓLICE de Seguro Garantia, garante ao SEGURADO, MINISTÉRIO DA FAZENDA-SEC. DA RECEITA FEDERAL-SUPERINT. REGIONAL DA RECEITA FEDERAL-1º REGIÃO FISCAL, CNPJ 00.394.460/0159-20, Setor Autarquia Sul Quadra 03 Bloco "O" - Ed. Órgãos Regionais Brasília DF, as obrigações do TOMADOR LOGSERVE - LOGÍSTICA, SERVIÇOS E ARMAZENAMENTO LTDA., CNPJ 05.398.080/0001-07, LT 01 AREA ESPECIAL SAIA VELHA S/N- REGIAO ADMINISTRATIVA AREA ESPECIAL SAIA VELHA REGIAO ADMINISTRATIVA STA MARIA BRASILIA DF, até o valor de R\$ 17.000.00 (dezesete mil reais), na modalidade abaixo descrita.

Modalidade	Limite Máximo de Garantia (L.M.G.)	Ramo
Executante Concessionário	R\$ 17.000,00	0775 - GARANTIA SEGURADO - SETOR PÚBLICO

### Descrição da Garantia

**Descrição da Garantia**  
(Coberturas, Valores e prazos previstos no contrato)

Modalidade e Cobertura Adicional	Importância Segurada	Vigência	
		Início	Término
Executante Concessionário	R\$ 17.000,00	25/02/2018	25/02/2019

Não se aplica franquia a nenhuma das coberturas contratadas por esta apólice.

### Objeto da Garantia

Garantir exclusivamente, até o valor fixado na Apólice, a Concessão do Serviço Público de movimentação e armazenagem de mercadoria na Estação Aduaneira, Interior no Município de Brasília em conformidade com o Contrato de Permissão para Prestação de Serviços Públicos firmado em 27/02/2003. Processo Administrativo Fiscal nº 10166.014043/2002-11.

Fica entendido e acordado que a presente Apólice substitui integralmente e torna sem efeito legal o documento n.º 02-0775-0359215 e seus endossos, tornando-os nulos, uma vez expirado o prazo de vigência.

Esta apólice é emitida de acordo com as condições da Circular da Susep nº 477/13.

Corretor: 000001.0.019688-6 - ORLA ADMINISTRACAO E CORRETAGEM DE SEGUROS LTDA

**Continua na próxima página**

**ICP**  
Brasil

Assinado digitalmente por:  
**Gustavo Henrich**

**ICP**  
Brasil

Assinado digitalmente por:  
**Roque Jr. de H. Melo**

### Controle de Segurança



São Paulo - SP. 02/03/2018

Documento eletrônico assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2/2001 de 24/08/2001 que instituiu a Infra-estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil por: Signatários (as):

Gustavo Henrich Nº de Série do Certificado: 099FC08915F5891A  
Roque de Holanda Melo Nº de Série do Certificado: 52AE2099725C9CD2

Art. 1º - Fica instituída a Infra-Estrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil, para garantir a autenticidade, a integridade e a validade jurídica de documentos em forma eletrônica, das aplicações de suporte e das aplicações habilitadas que utilizem certificados digitais, bem como a realização de transações eletrônicas seguras.

\*SUSEP: - Superintendência de seguros privados. Autarquia Federal responsável pela fiscalização, normatização e controle dos mercados de seguro, previdência complementar aberta

Cumprido o prazo de validade do documento, o interessado deverá solicitar a renovação da validade junto ao órgão emissor, mediante apresentação dos documentos necessários para comprovar a atual situação jurídica e financeira do interessado. O presente documento não substitui a consulta direta ao sistema de informações públicas do Poder Judiciário, disponível no endereço eletrônico: <https://www.tjcc.org.br/publico/digital.aspx>, pelo código de localização EP03.0818.16062.109KD.Consulte a página de autenticação no final deste documento.

Página 01 de 10





## Seguro Garantia

**Apólice: 02-0775-0402550**

**Proposta: 2032480**

### Frontispício de Apólice

**Controle Interno(Código Controle):582662555**

A autenticidade do presente documento, bem como o arquivo em forma eletrônica, podem ser verificados no website [www.jmalucellisseguradora.com.br](http://www.jmalucellisseguradora.com.br). Após sete dias úteis da emissão deste documento, o mesmo poderá ser verificado sob o n.º 05436.2018.0002.0775.0402550.000000 no site da SUSEP [www.susep.gov.br](http://www.susep.gov.br). As condições contratuais/regulamento deste produto protocolizadas pela sociedade/entidade junto à Susep poderão ser consultadas no endereço eletrônico [www.susep.gov.br](http://www.susep.gov.br), de acordo com o número de processo constante da apólice/proposta. Atendimento SUSEP: 0800 021 8484.

Central de Atendimento JM - 0800 704 0301/Ouvidoria JM - 0800 643 0301

## Demonstrativo de Prêmio

Importância Segurada.....	R\$	17.000,00
Prêmio Líquido Executante Concessionário.....	R\$	298,32
Adicional de Fracionamento.....	R\$	0,00
I.O.F.....	R\$	0,00
<b>Prêmio Total:</b> .....	<b>R\$</b>	<b>298,32</b>

### Condições de Pagamento

Parcela	Vencimento	Nº Carnê	Valor(R\$)
1	22/03/2018	5619169	298,32

Em atendimento à Lei 12.741/12 informamos que incidem as alíquotas de 0,65% de PIS/Pasep e de 4% de COFINS sobre os prêmios de seguros, deduzidos do estabelecido em legislação específica.

O(s) valor(es) acima descrito(s), é(são) devido(s) no cenário desta contratação de cobertura(s). Pode(m) sofrer alteração(ões) quando contratada(s) isoladamente ou em outra composição.

**São Paulo - SP - 02/03/2018**

Corretor: 000001.0.019688-6 - ORLA ADMINISTRACAO E CORRETAGEM DE SEGUROS LTDA



Apólice: 02-0775-0402550

## CONDIÇÕES GERAIS

### CIRCULAR SUSEP 477/13 - PLANO PADRONIZADO CAPÍTULO I - CONDIÇÕES GERAIS - RAMO 0775 SEGURO GARANTIA - SEGURADO: SETOR PÚBLICO

#### 1. Objeto:

1.1. Este contrato de seguro garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante o segurado, conforme os termos da apólice e até o valor da garantia fixado nesta, e de acordo com a(s) modalidade(s) e/ou cobertura(s) adicional(is) expressamente contratada(s), em razão de participação em licitação, em contrato principal pertinente a obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, concessões e permissões no âmbito dos Poderes da União, Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, ou, ainda as obrigações assumidas em função de:

- I – processos administrativos;
- II – processos judiciais, inclusive execuções fiscais;
- III – parcelamentos administrativos de créditos fiscais, inscritos ou não, em dívida ativa;
- IV – regulamentos administrativos.

1.2. Encontram-se também garantidos por este seguro os valores devidos ao segurado, tais como multas e indenizações, oriundos do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador, previstos em legislação específica, para cada caso.

#### 2. Definições:

Aplicam-se a este seguro, as seguintes definições:

- 2.1. Apólice: documento, assinado pela seguradora, que representa formalmente o contrato de Seguro Garantia.
- 2.2. Condições Gerais: conjunto das cláusulas, comuns a todas as modalidades e/ou coberturas de um plano de seguro, que estabelecem as obrigações e os direitos das partes contratantes.
- 2.3. Condições Especiais: conjunto das disposições específicas relativas a cada modalidade e/ou cobertura de um plano de seguro, que alteram as disposições estabelecidas nas Condições Gerais.
- 2.4. Condições Particulares: conjunto de cláusulas que alteram, de alguma forma, as Condições Gerais e/ou Condições Especiais, de acordo com cada segurado.
- 2.5. Contrato Principal: todo e qualquer ajuste entre órgãos ou entidades da Administração Pública (segurado) e particulares (tomadores), em que haja um acordo de vontades para a formação de vínculo e a estipulação de obrigações recíprocas, seja qual for a denominação utilizada.
- 2.6. Endosso: instrumento formal, assinado pela seguradora, que introduz modificações na apólice de Seguro Garantia, mediante solicitação e anuência expressa das partes.
- 2.7. Indenização: pagamento dos prejuízos e/ou multas resultantes do inadimplemento das obrigações cobertas pelo seguro.
- 2.8. Limite Máximo de Garantia: valor máximo que a seguradora se responsabilizará perante o segurado em função do pagamento de indenização.
- 2.9. Prêmio: importância devida pelo tomador à seguradora, em função da cobertura do seguro, e que deverá constar da apólice ou endosso.
- 2.10. Processo de Regulação de Sinistro: procedimento pelo qual a seguradora constatará ou não a procedência da reclamação de sinistro, bem como a apuração dos prejuízos cobertos pela apólice.
- 2.11. Proposta de Seguro: instrumento formal de pedido de emissão de apólice de seguro, firmado nos termos da legislação em vigor.
- 2.12. Relatório Final de Regulação: documento emitido pela seguradora no qual se transmite o posicionamento acerca da caracterização ou não do sinistro reclamado, bem como os possíveis valores a serem indenizados.
- 2.13. Segurado: a Administração Pública ou o Poder Concedente.
- 2.14. Seguradora: a sociedade de seguros garantidora, nos termos da apólice, do cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador.
- 2.15. Seguro Garantia: seguro que garante o fiel cumprimento das obrigações assumidas pelo tomador perante o segurado, conforme os termos da apólice.
- 2.16. Sinistro: o inadimplemento das obrigações do tomador cobertas pelo seguro.
- 2.17. Tomador: devedor das obrigações por ele assumidas perante o segurado.

#### 3. Aceitação:

- 3.1. A contratação/alteração do contrato de seguro somente poderá ser feita mediante proposta assinada pelo proponente, seu representante ou por corretor de seguros habilitado. A proposta escrita deverá conter os elementos essenciais ao exame e aceitação do risco.
- 3.2. A seguradora fornecerá, obrigatoriamente, ao proponente, protocolo que identifique a proposta por ela recepcionada, com a indicação da data e da hora de seu recebimento.





Apólice: 02-0775-0402550

data de seu recebimento, seja para seguros novos ou renovações, bem como para alterações que impliquem modificação do risco.

3.3.1. Caso o proponente do seguro seja pessoa física, a solicitação de documentos complementares, para análise e aceitação do risco, ou da alteração proposta, poderá ser feita apenas uma vez, durante o prazo previsto no item 3.3..

3.3.2. Se o proponente for pessoa jurídica, a solicitação de documentos complementares poderá ocorrer mais de uma vez, durante o prazo previsto no item 3.3., desde que a seguradora indique os fundamentos do pedido de novos elementos, para avaliação da proposta ou taxaço do risco.

3.3.3. No caso de solicitação de documentos complementares, para análise e aceitação do risco, ou da alteração proposta, o prazo de 15 (quinze) dias previsto no item 3.3. ficará suspenso, voltando a correr a partir da data em que se der a entrega da documentação.

3.4. No caso de não aceitação da proposta, a seguradora comunicará o fato, por escrito, ao proponente, especificando os motivos da recusa.

3.5. A ausência de manifestação, por escrito, da seguradora, no prazo acima aludido, caracterizará a aceitação tácita do seguro.

3.6. Caso a aceitação da proposta dependa de contratação ou alteração de resseguro facultativo, o prazo aludido no item 3.3. será suspenso até que o ressegurador se manifeste formalmente, comunicando a seguradora, por escrito, ao proponente, tal eventualidade, ressaltando a consequente inexistência de cobertura enquanto perdurar a suspensão.

3.7. A emissão da apólice ou do endosso será feita em até 15 (quinze) dias, a partir da data de aceitação da proposta.

#### 4. Valor da Garantia:

4.1. O valor da garantia desta apólice é o valor máximo nominal por ela garantido.

4.2. Quando efetuadas alterações previamente estabelecidas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, o valor da garantia deverá acompanhar tais modificações, devendo a seguradora emitir o respectivo endosso.

4.3. Para alterações posteriores efetuadas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, em virtude das quais se faça necessária a modificação do valor contratual, o valor da garantia poderá acompanhar tais modificações, desde que solicitado e haja o respectivo aceite pela seguradora, por meio da emissão de endosso.

#### 5. Prêmio do Seguro:

5.1. O tomador é responsável pelo pagamento do prêmio à seguradora por todo o prazo de vigência da apólice.

5.2. Fica entendido e acordado que o seguro continuará em vigor mesmo quando o tomador não houver pagado o prêmio nas datas convencionadas.

5.2.1. Não paga pelo tomador, na data fixada, qualquer parcela do prêmio devido, poderá a seguradora recorrer à execução do contrato de contragarantia.

5.3. Em caso de parcelamento do prêmio, não será permitida a cobrança de nenhum valor adicional, a título de custo administrativo de fracionamento, devendo ser garantido ao tomador, quando houver parcelamento com juros, a possibilidade de antecipar o pagamento de qualquer uma das parcelas, com a consequente redução proporcional dos juros pactuados.

5.4. Se a data limite para o pagamento do prêmio a vista ou de qualquer uma de suas parcelas coincidir com dia em que não haja expediente bancário, o pagamento poderá ser efetuado no primeiro dia útil em que houver expediente bancário.

5.5. A sociedade seguradora encaminhará o documento de cobrança diretamente ao tomador ou seu representante, observada a antecedência mínima de 5 (cinco) dias úteis, em relação à data do respectivo vencimento.

#### 6. Vigência:

6.1. Para as modalidades do Seguro Garantia nas quais haja a vinculação da apólice a um contrato principal, a vigência da apólice será igual ao prazo estabelecido no contrato principal, respeitadas as particularidades previstas nas Condições Especiais de cada modalidade contratada.

6.2. Para as demais modalidades, a vigência da apólice será igual ao prazo informado na mesma, estabelecido de acordo com as disposições previstas nas Condições Especiais da respectiva modalidade.

6.3. Quando efetuadas alterações de prazo previamente estabelecidas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco, pela seguradora, a vigência da apólice acompanhará tais modificações, devendo a seguradora emitir o respectivo endosso.

6.4. Para alterações posteriores efetuadas no contrato principal ou no documento que serviu de base para a aceitação do risco pela seguradora, em virtude das quais se faça necessária a modificação da vigência da apólice, esta poderá acompanhar tais modificações, desde que solicitado e haja o respectivo aceite pela Seguradora, por meio da emissão de endosso.

#### 7. Expectativa, Reclamação e Caracterização do Sinistro:

7.1. A Expectativa, Reclamação e Caracterização do Sinistro serão especificadas para cada modalidade nas Condições Especiais, quando couberem.

7.2. A seguradora descreverá nas Condições Especiais os documentos que deverão ser apresentados para a efetivação da Reclamação de Sinistro.



Apólice: 02-0775-0402550

7.2.1. Com base em dúvida fundada e justificável, a seguradora poderá solicitar documentação e/ou informação complementar.

7.3. A Reclamação de Sinistros amparados pela presente apólice poderá ser realizada durante o prazo prescricional, nos termos da Cláusula 17 destas Condições Gerais;

7.4. Caso a seguradora conclua pela não caracterização do sinistro, comunicará formalmente ao segurado, por escrito, sua negativa de indenização, apresentando, conjuntamente, as razões que embasaram sua conclusão, de forma detalhada.

#### 8. Indenização:

8.1. Caracterizado o sinistro, a seguradora cumprirá a obrigação descrita na apólice, até o limite máximo de garantia da mesma, segundo uma das formas abaixo, conforme for acordado entre as partes:

I – realizando, por meio de terceiros, o objeto do contrato principal, de forma a lhe dar continuidade, sob a sua integral responsabilidade; e/ou

II – indenizando, mediante pagamento em dinheiro, os prejuízos e/ou multas causados pela inadimplência do tomador, cobertos pela apólice.

8.2. Do prazo para o cumprimento da obrigação:

8.2.1. O pagamento da indenização ou o início da realização do objeto do contrato principal deverá ocorrer dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento do último documento solicitado durante o processo de regulação do sinistro.

8.2.2. Na hipótese de solicitação de documentos de que trata o item 7.2.1., o prazo de 30 (trinta) dias será suspenso, reiniciando sua contagem a partir do dia útil subsequente àquele em que forem completamente atendidas as exigências.

8.2.3. No caso de decisão judicial ou decisão arbitral, que suspenda os efeitos de reclamação da apólice, o prazo de 30 (trinta) dias será suspenso, reiniciando sua contagem a partir do primeiro dia útil subsequente a revogação da decisão.

8.3. Nos casos em que haja vinculação da apólice a um contrato principal, todos os saldos de créditos do tomador no contrato principal serão utilizados na amortização do prejuízo e/ou da multa objeto da reclamação do sinistro, sem prejuízo do pagamento da indenização no prazo devido.

8.3.1. Caso o pagamento da indenização já tiver ocorrido quando da conclusão da apuração dos saldos de créditos do tomador no contrato principal, o segurado obriga-se a devolver à seguradora qualquer excesso que lhe tenha sido pago.

#### 9. Atualização de Valores:

9.1. O não pagamento das obrigações pecuniárias da seguradora, inclusive da indenização nos termos da Cláusula 8 destas Condições Gerais, dentro do prazo para pagamento da respectiva obrigação, acarretará em:

a) atualização monetária, a partir da data de exigibilidade da obrigação, sendo, no caso de indenização, a data de caracterização do sinistro; e

b) incidência de juros moratórios calculados "pro rata temporis", contados a partir do primeiro dia posterior ao término do prazo fixado.

9.2. O índice utilizado para atualização monetária será o IPCA/IBGE - Índice de Preços ao Consumidor Amplo da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - ou índice que vier a substituí-lo, sendo calculado com base na variação positiva apurada entre o último índice publicado antes da data de obrigação de pagamento e aquele publicado imediatamente anterior à data de sua efetiva liquidação.

9.3. Os juros moratórios, contados a partir do primeiro dia posterior ao término do prazo fixado para pagamento da obrigação, serão equivalentes à taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional.

9.4. O pagamento de valores relativos à atualização monetária e juros de mora será feito independente de qualquer interpelação judicial ou extrajudicial, de uma só vez, juntamente com os demais valores devidos no contrato.

#### 10. Sub-Rogação:

10.1. Paga a indenização ou iniciado o cumprimento das obrigações inadimplidas pelo tomador, a seguradora sub-rogar-se-á nos direitos e privilégios do segurado contra o tomador, ou contra terceiros cujos atos ou fatos tenham dado causa ao sinistro.

10.2. É ineficaz qualquer ato do segurado que diminua ou extinga, em prejuízo do segurador, os direitos a que se refere este item.

#### 11. Perda de Direitos:

O segurado perderá o direito à indenização na ocorrência de uma ou mais das seguintes hipóteses:

I – Casos fortuitos ou de força maior, nos termos do Código Civil Brasileiro;

II – Descumprimento das obrigações do tomador decorrente de atos ou fatos de responsabilidade do segurado;

III – Alteração das obrigações contratuais garantidas por esta apólice, que tenham sido acordadas entre segurado e tomador, sem prévia anuência da seguradora;

IV – Atos ilícitos dolosos ou por culpa grave equiparável ao dolo praticados pelo segurado, pelo beneficiário ou pelo representante, de um ou de outro;

V – O segurado não cumprir integralmente quaisquer obrigações previstas no contrato de seguro;

VI – Se o segurado ou seu representante legal fizer declarações inexatas ou omitir de má-fé circunstâncias de seu

Documento de 37 páginas. Autenticado digitalmente. Pode-se consultar no endereço <https://cav.receita.fazenda.gov.br/ECAO/publico/00qin.aspx> pelo código de localização EP03.0618-15052-1C9. Consulte a página de autenticação no final deste documento.



Apólice: 02-0775-0402550

conhecimento que configurem agravamento de risco de inadimplência do tomador ou que possam influenciar na aceitação da proposta;

VII – Se o Segurado agravar intencionalmente o risco;

#### 12. Concorrência de Garantias:

No caso de existirem duas ou mais formas de garantia distintas, cobrindo cada uma delas o objeto deste seguro, em benefício do mesmo segurado ou beneficiário, a seguradora responderá, de forma proporcional ao risco assumido, com os demais participantes, relativamente ao prejuízo comum.

#### 13. Concorrência de Apólices:

É vedada a utilização de mais de um Seguro Garantia na mesma modalidade para cobrir o objeto deste contrato, salvo no caso de apólices complementares.

#### 14. Extinção da Garantia:

14.1. A garantia expressa por este seguro extinguir-se-á na ocorrência de um dos seguintes eventos, o que ocorrer primeiro, sem prejuízo do prazo para reclamação do sinistro conforme item 7.3. destas Condições Gerais:

I – quando o objeto do contrato principal garantido pela apólice for definitivamente realizado mediante termo ou declaração assinada pelo segurado ou devolução da apólice;

II – quando o segurado e a seguradora assim o acordarem;

III – quando o pagamento da indenização ao segurado atingir o limite máximo de garantia da apólice;

IV – quando o contrato principal for extinto, para as modalidades nas quais haja vinculação da apólice a um contrato principal, ou quando a obrigação garantida for extinta, para os demais casos; ou

V – quando do término de vigência previsto na apólice, salvo se estabelecido em contrário nas Condições Especiais.

14.2. Quando a garantia da apólice recair sobre um objeto previsto em contrato, esta garantia somente será liberada ou restituída após a execução do contrato, em consonância com o disposto no parágrafo 4º do artigo 56 da Lei Nº 8.666/1993, e sua extinção se comprovará, além das hipóteses previstas no item 14.1., pelo recebimento do objeto do contrato nos termos do art. 73 da Lei nº 8.666/93.

#### 15. Rescisão Contratual:

15.1. No caso de rescisão total ou parcial do contrato, a qualquer tempo, por iniciativa do segurado ou da seguradora e com a concordância recíproca, deverão ser observadas as seguintes disposições:

15.1.1. Na hipótese de rescisão a pedido da sociedade seguradora, esta reterá do prêmio recebido, além dos emolumentos, a parte proporcional ao tempo decorrido;

15.1.2. Na hipótese de rescisão a pedido do segurado, a sociedade seguradora reterá, no máximo, além dos emolumentos, o prêmio calculado de acordo com a seguinte tabela de prazo curto:

Relação a ser aplicada sobre a vigência original para obtenção de prazo em dias	Relação a ser aplicada sobre a vigência original para obtenção de prazo em dias
15/365	195/365
30/365	210/365
45/365	225/365
60/365	240/365
75/365	255/365
90/365	270/365
105/365	285/365
120/365	300/365
135/365	315/365
150/365	330/365
165/365	345/365
180/365	365/365

15.1.2.1. Para prazos não previstos na tabela constante do subitem 15.1.2., deverá ser utilizado percentual correspondente ao prazo imediatamente inferior.

#### 16. Controvérsias:

16.1. As controvérsias surgidas na aplicação destas Condições Contratuais poderão ser resolvidas:

I – por arbitragem; ou

II – por medida de caráter judicial.

16.2. No caso de arbitragem, deverá constar, na apólice, a cláusula compromissória de arbitragem, que deverá ser ratificada pela seguradora e pelo segurado por meio de anuência expressa.





Apólice: 02-0775-0402550

16.2.1. Ao concordar com a aplicação desta cláusula, o segurado estará se comprometendo a resolver todos os seus litígios com a sociedade seguradora por meio de Juízo Arbitral, cujas sentenças têm o mesmo efeito que as sentenças proferidas pelo Poder Judiciário.

16.2.2. A cláusula de arbitragem é regida pela Lei nº 9307, de 23 de setembro de 1996.

17. Prescrição:

Os prazos prescricionais são aqueles determinados pela lei.

18. Foro:

As questões judiciais entre seguradora e segurado serão processadas no foro do domicílio deste.

19. Disposições Finais

19.1. A aceitação do seguro estará sujeita à análise do risco.

19.2. As apólices e endossos terão seu início e término de vigência às 24hs das datas para tal fim neles indicadas.

19.3. O registro deste plano na Susep não implica, por parte da Autarquia, incentivo ou recomendação à sua comercialização.

19.4. Após sete dias úteis da emissão deste documento, poderá ser verificado se a apólice ou endosso foi corretamente registrado no site da Susep - [www.susep.gov.br](http://www.susep.gov.br).

19.5. A situação cadastral do corretor de seguros pode ser consultada no site [www.susep.gov.br](http://www.susep.gov.br), por meio do número de seu registro na Susep, nome completo, CNPJ ou CPF.

19.6. Este seguro é contratado a primeiro risco absoluto.

19.7. Considera-se como âmbito geográfico das modalidades contratadas todo o território nacional, salvo disposição em contrário nas Condições Especiais e/ou Particulares da Apólice.

19.8. Os eventuais encargos de tradução referentes ao reembolso de despesas efetuadas no exterior ficarão totalmente a cargo da Sociedade Seguradora.

## CONDIÇÕES ESPECIAIS

### CAPÍTULO II - CONDIÇÕES ESPECIAIS DAS MODALIDADES - RAMO 0775

#### SEGURO GARANTIA PARA CONSTRUÇÃO, CONCESSÃO, FORNECIMENTO OU PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

NOTA TÉCNICA - PROCESSO SUSEP n.º 15414.900195/2014-17.

1. Objeto:

1.1. Este contrato de seguro garante a indenização, até o valor da garantia fixado na apólice, pelos prejuízos decorrentes do inadimplemento das obrigações assumidas pelo tomador no contrato principal, para construção, fornecimento, prestação de serviços ou concessão de uso de imóvel público.

1.2. Encontram-se também garantidos por este contrato de seguro os valores das multas e indenizações devidas à Administração Pública, tendo em vista o disposto na Lei nº 8.666/93.

1.3. Poderá ainda ser contratada, com verba específica independente, a Cobertura Adicional de Ações Trabalhistas e Previdenciárias, conforme descrito no Capítulo III deste Anexo.

2. Definições:

Define-se, para efeito desta modalidade, além das definições constantes do art. 6º da Lei nº 8.666/93 e do art. 2º da Lei nº 8.987/95:

I- Riscos Declarados: Itens expressamente descritos na apólice, aos quais se restringe a cobertura securitária. Ou seja, a responsabilidade da Seguradora está restrita aos riscos expressamente descritos neste documento;

II- Prejuízo: Perda pecuniária comprovada, excedente aos valores originários previstos para a execução do objeto do contrato principal, causada pelo inadimplemento do tomador, excluindo-se qualquer prejuízo decorrente de outro ramo de seguro, tais como responsabilidade civil, lucros cessantes.

3. Vigência:

3.1. A vigência da apólice será fixada de acordo com as seguintes regras:

I - coincidindo com o prazo de vigência do contrato administrativo pertinente à execução de obras, serviços e/ou compras;

II - por períodos renováveis, no caso de concessões e permissões do serviço público ou concessões de uso de bens públicos.

3.2. As renovações, a que se refere o inciso II do item 3.1, não se presumem, serão precedidas de notificação escrita da



Apólice: 02-0775-0402550

seguradora ao segurado e ao tomador, com antecedência de até noventa dias da data do término de vigência da apólice em vigor, declarando seu explícito interesse na manutenção da garantia.

3.2.1. Fica também estabelecido, que a não renovação da cobertura deste seguro, independentemente de a seguradora querer ou não renová-la, não caracterizará sinistro passível de recuperação junto a seguradora.

#### 4. Expectativa, Reclamação e Caracterização do Sinistro:

4.1. Expectativa: tão logo realizada a abertura do processo administrativo para apurar possível inadimplência do tomador, este deverá ser imediatamente notificado pelo segurado, indicando claramente os itens não cumpridos e concedendo-lhe prazo para regularização da inadimplência apontada, remetendo cópia da notificação para a seguradora, com o fito de comunicar e registrar a Expectativa de Sinistro.

4.2. Reclamação: a Expectativa de Sinistro será convertida em Reclamação, mediante comunicação pelo segurado à seguradora, da finalização dos procedimentos administrativos que comprovem o inadimplemento do tomador, data em que restará oficializada a Reclamação do Sinistro.

4.2.1. Para a Reclamação do Sinistro será necessária a apresentação dos seguintes documentos, sem prejuízo do disposto no item 7.2.1. das Condições Gerais:

- a) Cópia do contrato principal ou do documento em que constam as obrigações assumidas pelo tomador, seus anexos e aditivos se houver, devidamente assinados pelo segurado e pelo tomador;
- b) Cópia do processo administrativo que documentou a inadimplência do tomador e culminou na rescisão do contrato assegurado;
- c) Cópias de atas, notificações, contra notificações, documentos, correspondências, inclusive e-mails, trocados entre o segurado e o tomador, relacionados à inadimplência do tomador;
- d) Planilha, relatório e/ou correspondências informando da existência de valores retidos;
- e) Planilha, relatório e/ou correspondências informando os valores dos prejuízos sofridos;
- f) Diário de Obras, quando aplicável;
- g) Comprovantes dos pagamentos realizados pelo segurado ao tomador;
- h) Cópia da publicação da rescisão unilateral do contrato assegurado em Diário Oficial;
- i) Cópia do novo contrato firmado pelo segurado com a empresa sucessora do tomador no escopo contratual inadimplido, quando aplicável.

4.2.2. Sem prejuízo do disposto no art. 771 do Código Civil, fica acordado que a não formalização da Reclamação do Sinistro dentro do prazo prescricional tornará sem efeito a prévia notificação de Expectativa do Sinistro;

4.3. Caracterização: quando a seguradora tiver recebido todos os documentos listados no item 4.2.1. e, após análise, ficar comprovada a inadimplência do tomador em relação às obrigações cobertas pela apólice, o sinistro ficará caracterizado, devendo a seguradora emitir o relatório final de regulação;

#### 5. Disposições Gerais:

5.1. A presente apólice, de riscos declarados, assegura o cumprimento das obrigações diretas do tomador perante o segurado, especificamente descritas no objeto desta apólice, de acordo com a modalidade de seguro-garantia indicada na mesma, não assegurando riscos referentes a indenizações a terceiros, danos ambientais e lucros cessantes, despesas de contenção de sinistro ou despesas de salvamento, desenvolvimento e programação de qualquer tipo de software ou sistema, riscos referentes às obrigações que competem ao fabricante dos equipamentos, bem como não assegura riscos referentes a outros ramos ou modalidades de seguro ou riscos trabalhistas e previdenciários, salvo quando contratada a cobertura adicional prevista no item 1.3 das Condições Especiais, em conformidade com a legislação nacional referente ao seguro-garantia.

5.2. A inadimplência do tomador deverá ocorrer dentro do prazo de vigência da apólice. Em caso de não observação deste requisito a seguradora ficará isenta de qualquer responsabilidade.

5.3. Fica entendido e concordado que, para efeito indenitário, não estarão cobertos danos e perdas causados direta ou indiretamente por ato terrorista, comprovado com documentação hábil acompanhada de laudo circunstanciado que caracterize a natureza do atentado, independentemente de seu propósito, que tenha sido devidamente reconhecido como atentatório à ordem pública pela autoridade pública competente.

5.4. Uma vez cumpridas todas as obrigações assumidas pelo tomador para a obtenção das licenças necessárias, à execução e conclusão do objeto desta garantia e se, por quaisquer motivos, alheios à vontade do tomador, o(s) órgão(s) competente(s) para conceder a(s) licença(s) requerida(s), não o fizer(em) e/ou negá-la(s), tais atos não serão motivo(s) para execução desta apólice, ficando a seguradora isenta de qualquer responsabilidade de indenização securitária.

5.5. A validade/coertura deste documento está condicionada à aceitação/não oposição do segurado em relação a todos os seus termos. Ao aceitar este documento o segurado concorda que a seguradora não terá responsabilidade de indenizar reclamação quanto à cobertura desta garantia se for constatado que o sinistro ou inadimplemento contratual se enquadra nos termos do inciso VI, do item 11 – Perda de Direito, das Condições Gerais.

#### 6. Ratificação:

6.1. Ratificam-se integralmente as disposições das Condições Gerais que não tenham sido alteradas pela presente

Documento de 37 páginas autenticado digitalmente. Pode-se consultar no endereço <https://cav.receita.fazenda.gov.br/eCAOI/publico/login.aspx> pelo código de localização EP05-0818-10002-0330 Consultar página de autenticação e validar este documento.

Cód.:58266255

Página 08 de 10

Verso em Branco





Apólice: 02-0775-0402550

## CONDIÇÕES PARTICULARES

Fica estabelecido que, especificamente para fins indenitários, não estarão cobertos pela presente apólice de seguro garantia, quaisquer prejuízos e/ou demais penalidades decorrentes de rescisão de contrato garantido pela presente apólice de seguro, causados por ou de qualquer forma relacionados a atos e/ou fatos violadores de normas de anticorrupção, perpetrados pelo segurado, tomador ou controladas, controladoras e coligadas, seus respectivos sócios/acionistas, representantes, titulares ou funcionários.



Apólice: 02-0775-0402550

**DEVOLUÇÃO DO DOCUMENTO**

No caso de devolução deste documento antes do final de vigência nele expresso, preencher os campos abaixo e enviar para a Seguradora.

Em conformidade com a cláusula 14 - inciso I, das Condições Gerais, estamos procedendo a devolução do documento nº 02-0775-0402550

Local e Data

MINISTÉRIO DA FAZENDA-SEC. DA RECEITA  
FEDERAL-SUPERINT. REGIONAL DA RECEITA FEDERAL-1ª  
REGIÃO FISCAL

Nome:

RG:

Cargo:



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL**  
**SUPERINTENDÊNCIA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL DA 1ª RF**  
**ALFÂNDEGA DA RECEITA FEDERAL DO BRASIL NO AER. INT. DE**  
**BRASÍLIA-PJK**



**MOTIVAÇÃO:** Portaria SRRF01 nº 313, de 16 de agosto de 2013

**INTERESSADO:** Porto Seco do Distrito Federal

**ASSUNTO:** Avaliação de Serviços Prestados a Usuários

**Brasília-DF, 27 de julho de 2018.**

**RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS AOS USUÁRIOS PELA PERMISSIONÁRIA DO PORTO SECO/BRASÍLIA/DF (LOGSERVE – SERVIÇOS E ARMAZENAMENTO LTDA., CNPJ: 05.398.080/0001-07) NA RECEPÇÃO, MOVIMENTAÇÃO E ARMAZENAGEM DE MERCADORIAS SOBRE CONTROLE ADUANEIRO.**

**PERÍODO AVALIADO: 1º SEMESTRE DE 2018**

Aos 25 dias do mês de julho de 2018, foi reunida a **Comissão de Avaliação Mista**, formada pelo representante da União (Permitente), Auditor-Fiscal da Receita Federal do Brasil Haroldo Barros Gomes; pelo representante da Empresa Logserve (Permissionária) Sr. Edward Libaino Martins e pela representante da Empresa Comex BR Assessoria Aduaneira (Usuários), despachante aduaneira, Sra. Wang Huei Ju. A constituição da referida Comissão foi determinada pela Portaria SRRF01 nº 313, de 16 de agosto de 2013, editada em atenção aos preceitos contidos nas normas do parágrafo único do artigo 30 da Lei nº 8.987, de 13 de fevereiro de 1995, regulamentado pelos parágrafos 1º, 2º e 3º e “caput” do art. 22 da Instrução Normativa/RFB nº 1.208, de 04 de novembro de 2011, a seguir transcritas:

**Lei nº 8.987/95:**

*“Art. 30. No exercício da fiscalização, o poder concedente terá acesso aos dados relativos à administração, contabilidade, recursos técnicos, econômicos e financeiros da concessionária.*

*Parágrafo único. A fiscalização do serviço será feita por intermédio de órgão técnico do poder concedente ou por entidade com ele conveniada, e, periodicamente, conforme previsto em norma regulamentar, por comissão composta de representantes do poder concedente, da concessionária e dos usuários.” (Grifo dos subscritores).*

**Instrução Normativa/RFB nº 1.208/2011:**

*“Art. 22. A prestação dos serviços será fiscalizada por comissão designada pelo titular da SRRF jurisdicionante, composta por representantes da SRRF, da concessionária ou permissionária e dos usuários, nos termos do parágrafo único do art. 30 da Lei nº 8.987, de 1995, e do respectivo contrato.*  
*§ 1º A comissão reunir-se-á semestralmente com o objetivo de avaliar a prestação dos serviços concedidos ou permitidos e, se for o caso, propor medidas visando adequá-los ao pleno atendimento dos usuários, nos termos do art. 6º da Lei nº 8.987, de 1995.*



**§ 2º As manifestações da comissão deverão constar de relatório, o qual será submetido à SRRF jurisdicionante, para análise e avaliação.**

**§ 3º O relatório de que trata o § 2º deverá ser encaminhado à Coordenação-Geral de Administração Aduaneira (Coana), devidamente instruído com as conclusões e as providências adotadas, para conhecimento e posterior envio à Coordenação-Geral de Programação e Logística (Copol).**

**§ 4º No caso de haver vários portos secos jurisdicionados pela mesma unidade local da RFB, poderá ser constituída uma única comissão, desde que haja representatividade em sua constituição de todas as partes mencionadas no caput.” (Grifo dos subscritores)**

**Contrato de Permissão (Processo Administrativo-Fiscal nº 10166.014043/2002-11):**

**“Cláusula terceira - (...);**

**Parágrafo primeiro - (...);**

**Parágrafo nono – Os serviços serão fiscalizados também, nos meses de junho e dezembro, por intermédio de comissão, designada pelo Superintendente da Receita Federal da ...RF, composta de representante da permitente, da permissionária e dos usuários, conforme estabelecido no parágrafo único do art. 30 da Lei nº 8.987, de 1995.**

**Parágrafo décimo primeiro - (...).” (Grifo dos subscritores)**

As avaliações descritas no presente relatório foram contabilizadas como resultado das vistorias físicas procedidas nos locais utilizados na cadeia de operações que compõem o item “Recépção/Manuseio/Movimentação/Armazenagem/Despacho de mercadorias submetidas a controle aduaneiro”. Os dados constantes deste relatório, substancialmente, ao que concerne aos propósitos desta comissão, foram produzidos — em forma de expressão numérica —, em juízo de valor, sobre a qualidade dos serviços prestados, na área fim pela Permissionária do Porto Seco do Distrito Federal. O relatório do Fiscal do Contrato, em que este relatório faz parte, foi elaborado em cumprimento do estabelecido nos §§ 2º, 3º e 4º da Cláusula Décima Quarta do “Contrato de Permissão”, a seguir transcritos:

**Contrato de Permissão (Processo Administrativo-Fiscal nº 10166.014043/2002-11):**

**“Cláusula Décima Quarta – (...);**

**Parágrafo primeiro – (...);**

**Parágrafo segundo – Os serviços prestados pela permissionária serão avaliados nos meses de junho e dezembro pelo fiscal do contrato de que trata o parágrafo décimo primeiro da cláusula terceira, mediante expedição de relatório, indicadores, fórmula e parâmetros definidores da qualidade dos serviços.**

**Parágrafo terceiro – O relatório de avaliação de que trata o parágrafo anterior, acompanhado dos formulários de avaliação, constantes do Anexo III do edital de licitação, será:**

**I – submetido à autoridade contratante, com proposta, inclusive, de aplicação de penalidades previstas neste contrato, obedecidas as disposições constantes do Anexo III do edital de licitação; e**

**II – encaminhado à comissão de que trata o parágrafo quarto desta cláusula, devendo constar do relatório que será submetido à autoridade contratante, conforme estabelece o § 2º do art. 22 da Instrução Normativa SRF nº 55, de 2000.**

**Parágrafo quarto – Os serviços serão, também, avaliados nos meses de junho e dezembro pela comissão de fiscalização a que se refere o parágrafo nono da cláusula terceira deste contrato, sendo adotados os procedimentos previstos no art. 22 da Instrução Normativa SRF nº 55, de 2000.”**

**(Grifo dos subscritores).**

**A. CONSOLIDAÇÃO DAS NOTAS APURADAS, EM CONCEITOS FORMAIS:**

**1. Aspectos relacionados à segurança:**

		Peso	CONCEITO
1.0	Segurança proporcionada aos usuários e à carga		
1.1	Segurança proporcionada aos usuários	2	Ótimo
1.2	Segurança proporcionada às cargas	2	Ótimo

**2. Aspectos relacionados à Infra-estrutura:**

		Peso	CONCEITO
2.0	Infra-estrutura do Porto Seco ligada à prestação dos serviços		
2.1	Condições das instalações físicas envolvidas na prestação	1	Ótimo
2.2	Condições de funcionamento dos equipamentos	1	Ótimo
2.3	Quantidade de funcionários para atendimento na atividade fim	1	Ótimo
2.4	Horário de atendimento ao público	1	Ótimo

**3. Aspectos relacionados às condições de prestação dos serviços:**

		Peso	CONCEITO
3.0	Condições da prestação dos serviços		
3.1	Recepção/Manuseio de cargas no recinto alfandegado	1	Ótimo
3.2	Movimentação/Armazenagem de cargas no recinto alfandegado	1	Ótimo
3.3	Localização de cargas (na área do recinto alfandegado)	1	Ótimo
3.4	Liberação de carga (tramitação de documentos, tempo de liberação)	1	Bom
3.5	Serviços conexos (outros serviços colocados à disposição)	1	Ótimo
CONCEITO FINAL			<b>Bom</b>

Parâmetro conceitual: ⇒ notas finais de 4 a 6,9 – conceito: **SERVIÇOS RAZOÁVEIS**

⇒ notas finais de 7 a 9,9 – conceito: **SERVIÇOS BONS**

⇒ notas finais 10 – conceito: **SERVIÇOS ÓTIMOS**

**B. APRECIACÃO DISSERTATIVA:**

A consolidação acima demonstrada foi confeccionada para proporcionar uma visão rápida conceitual sobre a qualidade dos serviços prestados aos usuários do Porto Seco.

Não houve observações dissertadas pelos usuários desses serviços, quando das pesquisas a eles submetidas.

Houve observação/reclamação por parte da permissionária quanto à ausência de Auditor Fiscal ou Analista Tributário da Receita Federal do Brasil lotado no local, o que, segundo suas alegações, implica atraso na liberação de cargas. A esse respeito, não houve reclamação por parte da representante dos usuários.

Quanto a esta questão da ausência de servidor da Receita Federal no local, o titular da Unidade de Jurisdição do Porto Seco será comunicado, via correio eletrônico Notes, a fim de que este adote as medidas que julgar necessárias e convenientes.

Conforme o descrito nos itens demonstrativos acima, o resultado da pesquisa colhida por esta Comissão, assim como aquela colhida com os usuários, foi favorável à operacionalidade



oferecida pela Permissionária em cumprimento do objeto do contrato, conforme se depreende do quadro acima.

**C. DOCUMENTOS, EM ANEXO, PARTE INTEGRANTE DESTE RELATÓRIO:**

I – Formulário de Consolidação das Avaliações, emitido pelo presidente da comissão (fls. 05);

e

II – Formulários de Avaliação dos Serviços Prestados, emitidos pelos integrantes da Comissão (fls. 6 a 14).

**D. CONCLUSÃO:**

Áo final dos trabalhos desenvolvidos por esta Comissão Mista, em atenção à determinação contida na Portaria SRRF01 nº 313, de 16 de agosto de 2013, e, em conformidade a todo o apurado, **constataram seus membros serem satisfatórios os serviços prestados aos usuários, e/ou colocados à disposição destes, pela Permissionária do Porto Seco de Brasília/DF, Empresa LOGSERVE, no mister de fornecer suporte técnico-operacional ao exercício legal da mercancia com o exterior, ao que se refere à recepção, movimentação e armazenamento de mercadorias sob controle aduaneiro.**

O presente documento foi elaborado em 3 (três) vias, sendo uma via entregue ao representante da permissionária e outra à representante dos usuários (sem os anexos).

Sendo para o momento,



Haroldo Barros Gomes  
Repr. Permitente

## PERÍODO AVALIADO: 1º SEMESTRE/2018

**PAPEL DE TRABALHO** PARA ROTINA DE AVALIAÇÃO A SER REALIZADA, SEMESTRALMENTE, POR EQUIPE MISTA, FORMADA POR REPRESENTANTES DA PERMITENTE, PREMISSIONÁRIA E USUÁRIOS, SOBRE A QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA PERMISSIONÁRIA DO PORTO SECO/BRASÍLIA/DF NA MOVIMENTAÇÃO E ARMAZENAGEM DE MERCADORIAS SOBRE CONTROLE ADUANEIRO.

**Permissionária:**

NOME <b>LOGSERVE – Logística Serviços e Armazenamento Ltda.</b>			CNPJ: <b>05.398.080/0001-07</b>
ENDEREÇO: Lote 01, Área Especial Saia Velha – Região Administrativa XIII			TELEFONE 2102-9777
BAIRRO/DISTRITO Santa Maria	CIDADE Brasília	ESTADO: Distrito Federal	CEP: 72.549-550

**Indicadores de avaliação:**

⇒ De 0.0 (zero) ponto à 10.0 (dez) pontos.

⇒ Atribuição de valores em frações mínimas de 0.5 (meio) ponto.

⇒ Observações: **a) Relatar** nos espaços disponíveis (no caso de atribuição de conceito menor que 10 pontos) as deficiências encontradas, para o conhecimento específico destas pela fiscalização da Permitente e da administração da Permissionária, com vistas às providências cabíveis; e **b) Transcrever** as notas atribuídas, em formulário sintético, que acompanha o presente.

**1. Aspectos relacionados à segurança:**

1.0	Segurança proporcionada aos usuários e à carga	Peso	Pontos
1.1	<b>Segurança proporcionada aos usuários</b>	2	10
Observação/Justificação/Sugestão:			
As instalações foram projetadas com a finalidade específica ao desenvolvimento das operações realizadas. Os equipamentos têm função específica na atividade de movimentação de cargas, em suas mais diversas configurações: peso e volume.			

1.0	Segurança proporcionada aos usuários e à carga	Peso	Pontos
1.2	<b>Segurança proporcionada à carga</b>	2	10
Observação/Justificação/Sugestão:			
Os funcionários são treinados a realizar operação de carregamento, descarregamento e movimentação das cargas em suas mais diversas formas.			

Versão "Comissão Mista" ⇒ Junho de 2018

CONSOLIDAÇÃO DAS NOTAS EMITIDAS PELOS COMPONENTES DA COMISSÃO MISTA NA AVALIAÇÃO DA QUALIDADE DOS SERVIÇOS PRESTADOS PELA PERMISSIONÁRIA DO PORTO SECO/BRASÍLIA/DF NA MOVIMENTAÇÃO E ARMAZENAGEM DE MERCADORIAS SOBRE CONTROLE ADUANEIRO.

### PERÍODO DE AVALIAÇÃO: 1º SEMESTRE DE 2018.

#### TRANSCRIÇÃO DAS NOTAS POR GRUPOS DE INTERESSE:

##### 1. Aspectos relacionados à segurança:

Ord.	COMISSÃO MISTA	Peso	Item 1.1	Item 1.2	Média	Conceito
01	PERMITENTE	2	10,0	10,0	<b>10,0</b>	ÓTIMO
02	PERMISSIONÁRIA	2	10,0	10,0	<b>10,0</b>	ÓTIMO
03	USUÁRIO	2	10,0	10,0	<b>10,0</b>	ÓTIMO

##### 2. Aspectos relacionados à Infra-estrutura:

Ord.	COMISSÃO MISTA	Peso	2.1	2.2	2.3	2.4	Média	Conceito
01	PERMITENTE	1	10,0	10,0	10,0	10,0	<b>10,0</b>	ÓTIMO
02	PERMISSIONÁRIA	1	10,0	10,0	10,0	10,0	<b>10,0</b>	ÓTIMO
03	USUÁRIO	1	10,0	10,0	10,0	10,0	<b>10,0</b>	ÓTIMO

##### 3. Aspectos relacionados às condições de prestação dos serviços:

Ord.	COMISSÃO MISTA	Peso	3.1	3.2	3.3	3.4	3.5	Média	Conceito
01	PERMITENTE	1	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	<b>10,0</b>	ÓTIMO
02	PERMISSIONÁRIA	1	10,0	10,0	10,0	2,0	10,0	<b>8,4</b>	BOM
03	USUÁRIO	1	10,0	10,0	10,0	10,0	10,0	<b>10,0</b>	ÓTIMO

#### CONSOLIDAÇÃO DAS NOTAS E CONCEITOS:

Ord.	COMISSÃO MISTA	1.0	2.0	3.0	Somatório	Média	Conceito
01	PERMITENTE	10,0	10,0	10,0	30,0	<b>10,0</b>	ÓTIMO
02	PERMISSIONÁRIA	10,0	10,0	8,4	28,4	<b>9,5</b>	BOM
03	USUÁRIO	10,0	10,0	10,0	30,00	<b>10,0</b>	ÓTIMO
<b>Nota e conceito finais</b>						<b>9,8</b>	<b>BOM</b>

**Parâmetros conceituais:** ⇒ notas finais de 4 a 6.9 – conceito: SERVIÇOS RAZOÁVEIS  
 ⇒ notas finais de 7 a 9.9 – conceito: SERVIÇOS BONS  
 ⇒ notas finais 10,0 – conceito: SERVIÇOS ÓTIMOS

##### 5. Representante da Permitente:

Nome: <b>Haroldo Barros Gomes</b>	Identificação funcional: <b>Sipe: 76.293</b>
Cargo/Função: <b>AFRFB / Presidente da Comissão.</b>	Data/Assinatura: <b>27/07/2018</b> 